

O PROGRESSO É PARA O BRANCO:

A POLÍTICA INDIGENISTA DA DITADURA
MILITAR BRASILEIRA E A REPRESENTAÇÃO DO
DEPUTADO MÁRIO JURUNA NO GLOBO.



LUCAS
SCHANDLER
FERRI



Pedro & João
editores

O PROGRESSO É PARA O BRANCO:

**A POLÍTICA INDIGENISTA DA DITADURA
MILITAR BRASILEIRA E A REPRESENTAÇÃO
DO DEPUTADO MÁRIO JURUNA NO GLOBO**



Pedro & João
editores

Lucas Schandler Ferri

O PROGRESSO É PARA O BRANCO:

**A POLÍTICA INDIGENISTA DA DITADURA
MILITAR BRASILEIRA E A REPRESENTAÇÃO
DO DEPUTADO MÁRIO JURUNA NO GLOBO**



Pedro & João
editores

Copyright © Lucas Schandler Ferri

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Lucas Schandler Ferri

O progresso é para o branco: a política indigenista da ditadura militar brasileira e a representação do deputado Mário Juruna no Globo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 94p.

ISBN 978-65-5869-344-4 [Impresso]
978-65-5869-362-8 [Digital]

1. Política indigenista. 2. Ditadura militar brasileira. 3. Mário Juruna. 4. Jornal O Globo. I. Título.

CDD – 300

Capa: Petricor Design

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2021

Aos meus pais que me ensinaram a voar
tão alto e tão longe; às minhas amigas e
amigos que sempre foram ilhas e portos
seguros; à todas as minhas professoras e
professores com suas inspiradoras
missões de construir humanos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Ana e Marcelo, por todo amor, apoio, broncas, estudos e, principalmente, por esta vida extraordinária. Sem o papel de vocês eu não seria quem eu sou e não viveria a vida da forma feliz que vivo.

Aos meus familiares de sangue e os de consideração que amo muito, todas majoritariamente mulheres que me inspiraram e inspiram todos os dias: querido irmão Antônio - caçula que me faz rir e me orgulha muito -, tia Priscila e Flávia - sempre presentes e que me deram amor desde que me entendo por gente.

À Avó Clari que se presentifica em alma sempre que preciso e avó Marilena, um ser iluminado e amado por todos. Ambas que sempre transbordaram tanto amor...

Prima Carol e seu imenso coração, Giulia (meu eterno bebê e orgulho), Isadora, Gabi, Iza, Giovanna, Alexandre; mamãe Luciene, que é mãe de muitos e cabe ainda mais em seu peito de amor e ternura; Ana, Kethellyn, Kiara, Aline, Amanda, Sandra (...). Tio João que me ajudou a vir para Minas Gerais e sempre torceu pela educação da família. Tia Rosângela que sempre foi justa e combativa.

Às minhas amigas e amigos: Roberta, Camila, Maria Carolina, Rafaela, João Vítor, Yara, Letícia, Matheus (...) e todos os meus amigos e entes queridos que amo. São irmãos, ilhas, portos-seguro que para a minha sorte a vida pôs em meu caminho e são parte de quem eu sou.

Agradeço às professoras e professores que tive desde criança até hoje: Rosângela, Ana Paula, Jean, Daira, Frederico, Silas, Samuel, Maurício, Diego (...). Minha família é composta por várias delas e, para mim, elas têm a missão mais nobre de todas. Agradeço à Universidade do Estado de Minas Gerais por concretizar um sonho. À Passos por ter sido berço desta inesquecível história.

À todas as pessoas que passaram por minha vida e acrescentaram algo. Ninguém sai ileso dos aprendizados das relações humanas e não acredito no puro acaso. As experiências nos tornam quem somos e os mistérios da vida cochicham sobre o maravilhoso imprevisível e suas possibilidades...

À Mario Juruna por me inspirar e inspirar este trabalho.

“O Brasil foi uma nação construída em
cima de outra preexistente”

Felipe Sotto Maior Cruz

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1. POVOS ORIGINÁRIOS E A DITADURA DE 1964 | 15 |
| 1.1 O reformatório Krenak e a Guarda Rural Indígena (GRIN) | 22 |
| 1.2 Escândalos do SPI e nascimento da FUNAI: dois lados da mesma moeda | 25 |
| 1.3 Os primeiros passos da luta política indígena com apoio da Igreja Católica | 28 |
| 2. O POSITIVISMO NA CONSTITUIÇÃO E A RELAÇÃO COM O IMAGINÁRIO DO ÍNDIO: AS BASES DA SUBJULGAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS | 29 |
| 2.1 Sob a perspectiva Foulcautiana da Necropolítica | 34 |
| 2.2 O negacionismo e o genocídio indígena | 36 |
| 3. DEPUTADO XAVANTE MARIO JURUNA (1983 - 1987) E OS JORNAIS O GLOBO EM SEU PRIMEIRO ANO DE GOVERNO | 39 |
| 3.1 Janeiro de 1983 | 44 |
| 3.2 Fevereiro de 1983 | 44 |
| 3.3 Março de 1983 | 48 |
| 3.4 Abril de 1983 | 52 |
| 3.5 Maio de 1983 | 57 |
| 3.6 Junho de 1983 | 61 |
| 3.7 Julho de 1983 | 66 |
| 3.8 Agosto de 1983 | 68 |
| 3.9 Setembro de 1983 | 70 |
| 3.10 Outubro de 1983 | 74 |

| | |
|-----------------------------|-----------|
| 3.11 Novembro de 1983 | 79 |
| 3.12 Dezembro de 1983 | 81 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 83 |
| REFERÊNCIAS | 85 |

INTRODUÇÃO

A barbárie da ditadura militar brasileira é inegável para muitos, mas a história é um campo de disputas, inclusive políticas e os grupos dominantes a narram. A história das populações indígenas é um dos exemplos, com matanças de tribos inteiras, torturas, prostituição, sevícias, desvio de recursos, envenenamento de alimentos, propagação proposital de varíola, caçadas com metralhadoras e atrocidades sem precedentes, tudo em território brasileiro e fazendo parte de uma dissimulada política de estado, mas que ainda pouco se ensina.

Por uma visão Positivista do progresso por parte do Estado, os índios sofreram profundo genocídio nos governos militares após o golpe de 1964 e sob pretexto de que estes seriam inimigos do desenvolvimento e dos interesses do capital, enquanto a população indígena teve de se envolver com maior profundidade com a participação política para garantir seus direitos tão submetidos às instituições de fachada que deveriam protegê-los, como o SPI (Serviço de Proteção ao índio) e, posteriormente, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio); agropecuaristas, extrativistas, industriais e afins, todos foram beneficiados por essas instituições. Surge então a figura do primeiro e único parlamentar xavante no congresso até hoje: o indígena Mário Juruna.

O trabalho a seguir tem como objetivo contribuir com campo de conhecimento histórico e crítico sobre os tempos obscuros do regime militar brasileiro de 1964, focando em povos que sofreram profundamente por sua diversidade cultural e étnica; enquanto também tem como pauta a análise o papel midiático, em específica do jornal O Globo

no primeiro ano de mandato de Mário Juruna (1983) - que o citou em torno de 420 vezes - em retratar de forma caricata ou inferiorizada o parlamentar indigenista eleito para no Congresso Nacional de 1983, fazendo um levantamento e contextualização das raízes das ideias que fomentam a perseguição e genocídio dos povos originários brasileiros, os fatores que acarretaram e acarretam uma suposta necropolítica contra estes povos e o provável papel da grande mídia em desmoralizar a diversidade e os direitos destes povos. A escolha pelo O Globo se deu por ser um provável campo fértil de análise, uma vez que o jornal apoiou a ditadura e sua posição, teoricamente, condisse com as ideias do estado.

POVOS ORIGINÁRIOS E A DITADURA DE 1964

De acordo com Starling (s/d), um dos documentos mais importantes para abordarmos o que ocorreu com as populações indígenas de todo Brasil durante a ditadura militar, o Relatório Figueiredo, foi encomendado pelo general e ministro do interior Albuquerque Lima e escrito pelo procurador geral Jader de Figueiredo, em 1967. O objetivo do Relatório era apurar suspeitas de corrupção dentro do Serviço Nacional do Índio, SPI (órgão federal que antecedeu a Fundação Nacional do Índio). Para tanto, a equipe que o preparou percorreu mais de dezesseis mil quilômetros do território nacional, visitou cento e trinta postos indígenas no Brasil, coletando centenas de testemunhos de índios e funcionários e, por fim, relatou em sete mil páginas distribuídas originalmente em trinta volumes, as atrocidades ocorridas com a população indígena pelo Serviço Nacional. Esse relatório ficou quarenta e quatro anos desaparecido até ser encontrado, de acordo com Alarcon (2018), no Museu do Índio em 2013 pelo vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, Marcelo Zelic.

Ainda de acordo com Starling (s/d), o que consta no relatório (encontrado com cinco mil páginas e vinte e nove tomos, portanto, falta um volume), envolve genocídios em massa em comunidades isoladas - seja por propagação proposital de varíola, doação de alimento envenenado com

estricnina, fuzilamento com metralhadoras de helicópteros ou lançamento de gás tóxico deles – escravidão, sevícias, prostituição, tortura, desvios de recurso e outros crimes praticados pela instituição que serviria justamente para proteger estes povos.

Vieira e Arenz (2015) abordam a base primordial para a destruição de povos indígenas durante a ditadura militar, uma vez que o próprio golpe civil-militar de 1964 tinha um caráter antirreforma agrária o que revela a profunda parceria entre latifundiários e grandes oligarquias com o projeto de governo assumido pelos presidentes militares. No governo Médici (1969-1974), por exemplo, em sua política de integração nacional e o Programa de Integração Nacional (PIN), tinha o *slogan* “Homens sem-terra pra terras sem homens”.

A abertura política vivida no Brasil de forma mais intensa no início da década de 1950, a qual nos anos seguintes conseguiu atingir um número expressivo de pessoas, precipitou o golpe de 1964. Uma pequena elite que até então havia conseguido garantir seus privilégios sentiu-se ameaçada por essa abertura política e o futuro que se vislumbrava para o país. Assim, subservientes aos interesses norte-americanos e apoiados pela CIA, interromperam esse movimento apoiando golpistas, acreditando que com isso, manteriam seus privilégios (VIEIRA; ARENZ, 2015, p. 9).

Ao abordarem as ações da ditadura na Amazônia, Vieira e Arenz (2015) destacam principalmente os povos indígenas de Wimiri-Atroari, Macaxi, Yanomamis e Taurepang que para o governo militar e os interesses do capital, não eram considerados homens dignos de terra para garantirem automaticamente seus direitos ao

território, tornando-se, então, obstáculos para o “progresso”¹.

Na época, o governador biônico² do Amazonas, Danilo Areosa, afirmou que a BR-174 deveria ser feita a qualquer custo e que índios eram inúteis para a nação. “Os silvícolas ocupam as áreas mais ricas do nosso estado, impedindo a sua exploração com prejuízos incalculáveis para receita nacional”, pontuou em uma coletiva, de acordo com Vieira e Arenz (2015). A Perimetral Norte (estrada Transamazônica) foi planejada no auge do desenvolvimento econômico e cortou a Amazônia brasileira desde o Amapá até a fronteira colombiana, fazendo com que povos isolados Yanomamis tivessem contato frequente com operários e atravessasse rios importantes para a vida destes povos, como o Alalaú, Uraricoera, Catrimani e Contigo.

No ramo de extrativismo mineral, a mineradora Taboa, do grupo Paranapanema, tinham apoio dos governos do Amazonas e Roraima para explorar. Em 1981, o presidente João Figueiredo desmembra parte leste das terras dos Waimiri-Atroari e, em 1986, descobrem a presença de nióbio e tântalo e a empresa Taboa recebe do governo o Departamento Nacional de Mineração, juntamente com uma concessão para

¹ Os autores citam a Operação Amazônia, que visou explorar as regiões amazônicas com grandes malhas de comunicação e transporte - neste quesito, a criação da estrada Transamazônica (leste-oeste), a Belém-Brasília (norte-sul) e a Manaus, Boa Vista e Caracas (BR-174) - exploração mineral - principalmente com um acordo internacional e sob as terras dos Waimiris-Atroaris pelas minas de Pitinga, passando de uma população de três mil índios em 1968 para 798 em 1999 e perdendo em torno de 75% de suas terras - e agropecuarista.

² Governador biônico é aquele eleito de forma indireta, a única forma de eleição na época da ditadura para tais cargos do poder Executivo.

explorar as terras por trinta anos e conseguindo atrair mineradoras internacionais para o Brasil.

Vieira e Arenz (2015) retratam o imenso aumento de estrangeiros no país, em paralelo com a alta mortalidade dos povos indígenas aqui presentes. A Perimetral Norte contou com pistas de pouso clandestinas que trouxeram mais de quarenta mil garimpeiros para a região da maior reserva indígena já homologada no Brasil - Raposa Serra do Sol - com 1.678.800 hectares (DINIZ, Edson Soares, 1972)

A construção de estradas, pontes de grande extensão, do aeroporto internacional e companhias de energia elétrica e telefonia fixa em Boa Vista, capital do ex-território, acabou por atrair um número significativo de empresários, migrantes, pessoas ligadas ao setor agropecuário que ocupariam a terra indígena Raposa Serra do Sol. (VIEIRA e ARENZ, 2015, pag. 13)

De acordo com Ramos (2015, pág. 80), quatro aldeias do vale do Rio Ajanari perderam 22% de sua população em 1975, enquanto outras quatro aldeias do vale do Rio Catrimani perderam 50% na mesma época, enquanto, de acordo com Vieira e Arenz (2015) uma enorme quantidade de rizicultores e pecuaristas chegaram em 1970, atraídos pela promessa de riquezas ofertadas pela ditadura militar e que ainda hoje são detentores de terras e riqueza, que em 2010 contavam com 100 mil hectares de terra, produzindo 320 mil toneladas de arroz (5% de toda produção nacional), três mil hectares de soja e 30 mil cabeças de gado.

Por ouro, diamante e cassiterita, o norte de Roraima, fronteira com a Venezuela e área de terras indígenas enfrentou mais de 40 mil garimpeiros em 1980 que procuravam o "Eldorado" brasileiro, fazendo com que o aeroporto de Boa Vista fosse mais movimentado que o de

Congonhas (SP), e concretizando o plano governamental de povoar as fronteiras para proteger o território.

As consequências para os índios do imenso aumento populacional na região foram a destruição de propriedades, prisões ilegais, invasões de comunidades indígenas, sequestros e cárcere privado, estupros, agressões, enquanto a resposta de índios às mazelas de fazendeiros, de acordo com Vieira e Arenz (2015), era matar gado perdido, falar mal de fazendeiros para o Serviço Nacional do índio (SNI) ou derrubada de cercas, atitudes torpes comparadas a cooptação de líderes indígenas, homicídio de índios e tomada de terras por acordos arbitrários de fazendeiros com a SNI, que não esperavam que estes povos tão acostumados a sucumbir aos interesses dos não-índios, tivessem apoio da Igreja Católica que deixa de lado a catequese e se compromete em ajudar na luta política dos índios pelos seus direitos.

De acordo com Moreira e Souza (2016), os índios Parakanã foram removidos cinco vezes de suas terras em Goiás entre os anos de 1971 a 1977, causando o óbito de 59% de sua população total em decorrência de gripe, poliomielite, malária e doenças venéreas. Ainda de acordo com os autores, os Ava-Canoeiros, também de Goiás, resistiram a colonização do Cerrado, mas acabaram vivendo em uma espécie de “zoológico” humano com direito a visitas dos fazendeiros entre os anos de 1973 e 1974. As índias dessa comunidade sofreram abusos sexuais e no final dos dois anos em que funcionou o “zoológico”, foram deixadas em comunidades inimigas de seu grupo indigenista.

Moreira e Souza (2016) ainda citam o papel dos antropólogos Egydio Schwade e Doroti Alice M. Schwade - que compuseram a literatura do Comitê Estadual do Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do

Amazonas - na alfabetização de povos indigenistas entre os anos de 1985 a 1966. Inspirados no pedagogo Paulo Freire, conseguiram coletar textos e desenhos espontâneos de índios entre os anos de 1985 a 1986 e que relataram crimes que sofreram pelos militares.

Segundo Alarcon (2018), a Comissão Nacional da Verdade (2014) concluiu que houve 1350 mortes de indígenas entre os anos de 1946 e 1988. “Considerar a política de remoção dos Guarani e Kiowa de suas terras ao longo do século XX, efetivada com a participação direta do Estado, é a chave para compreender a dramática situação vivida pelos indígenas nos dias de hoje” (ALARCON, 2018, pag. 30).

Alarcon (2018) ainda afirma que as instituições criadas para defender os índios, como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e sua substituta, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), só defenderam os interesses dos agropecuários, acarretando, ainda segundo a autora, na morte de 3500 índios da etnia Cinta Larga (Mato Grosso e Rondônia) e 2650 índios da etnia Waimiri-Atroari (Amazonas e Roraima), que sofreram com punições físicas, estupro, encarceramento e trabalho forçado.

Um programa de etnocídio, é assim que o relatório da Comissão Nacional da Verdade caracteriza a Política Indigenista pós 69 que visava eliminar os empecilhos ao desenvolvimento empreendidos pelos programas governamentais do período, dentre eles o Plano de Integração Nacional (PIN). (MOREIRA e SOUZA, 2016, p. 9)

Segundo Alarcon (2018), em 1985, povos como os Guarani, Kaiowa e outros do Mato Grosso do Sul teriam sofrido atentados com queimadas de aldeias inteiras e prisões, tudo em nome do Programa de Integração

Nacional (PIN). Estes mesmos povos só conseguiram conquistar terras próprias em 1992 e apenas 2,3 hectares. Alarcon (2018) cita Tonico Benites, doutor em Atropologia Social UFRJ – Museu Nacional, que afirmou: “com exceção de alguns casos esparsos, justiça não foi feita”.

Ainda de acordo com o doutor, em 1973, a Lei nº 6001 do Estatuto do índio fixou a “integração” dos povos indígenas e remoção pela “segurança nacional”, acarretando grandes construções iniciadas em 1970, como a já citada Transamazônica (BR-230), a Manaus-Boa Vista (BR-174); quiçá a Santarém-Cuiaba (BR-165), e Xavantina-Caximbo (BR-080). Alarcon (2018) também cita as barragens de Itaipu e Tucuruí.

Dos nove presidentes titulares da do Programa de Integração Nacional (PIN), cinco pertenciam a forças de repressão, como o Serviço Nacional de Informação (SNI), Conselho de Segurança Nacional (CSN) e um do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)

A FUNAI chegou a firmar um convênio com a Superintendência de Desenvolvimento de Estradas de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAN) Rodagem (DNER) para a “pacificação de 30 grupos indígenas arredios” que viviam ao longo da Transamazônica. A atração de povos em isolamento teve efeitos nefastos, provocando aguda queda populacional. Os Parakanã, por exemplo, que hoje vivem no Parque Indígena do Xingu, foram removidos cinco vezes em 1971 e 1977. “Os índios não podem impedir a passagem do progresso”, declarou o ministro do Interior, Mauricio Rangel Reis, em 1976. “Dentro de 10 a 20 anos não haverá mais índios no Brasil”, vaticinou (ALARCON, 2018, pag. 32)

1.1 O reformatório Krenak e a Guarda Rural Indígena (GRIN)

Em 1969, segundo Alarcon (2018), cria-se a Guarda Rural Indígena (GRIN) em que colocava índios militarizados para oprimir seus semelhantes a fim de “integrar” os indígenas ao trabalho nacional. A primeira formatura da GRIN em Belo Horizonte (1970) foi eternizada no filme descoberto em 2012 de Jusco von Puttkamer, onde mostra a cena de índios uniformizados com traje militar brasileiro levando outros índios no instrumento de tortura pau-de-arara³. A GRIN também foi responsável pelo recrutamento forçado do povo Aikwara (Suruí) nos anos de 1972 a 1974, com o objetivo de combater a Guerrilha do Araguaia no sul do estado do Pará. Os Aikiwara eram obrigados a matar e decapitar guerrilheiros e a mídia os taxava de “matadores mercenários”.

O relatório final da CNV documenta que todos os homens adultos foram recrutados à força para combater a guerrilha, com o aval da Funai, ao passo que as mulheres, crianças e velhos foram mantidos reféns, vigiados ininterruptamente e impedidos de ir às roças, caçar e pescar. No período, os indígenas presenciaram torturas infligidas a camponeses e sepultamentos clandestinos à beira da rodovia Operacional 2 (hoje, BR-153), aberta pelos militares no território indígena. No rastro da estrada, vieram mais garimpeiros, castanheiros, grileiros, incêndios e atropelamentos. Não bastasse o terror vivido nas mãos dos militares, os Aikewara foram taxados de colaboracionistas e “cortadores de cabeça”. Hoje se sabe que o corte de cabeças foi uma prática

³ “Método de tortura cujos pulsos ficam amarrados aos tornozelos, sendo a pessoa suspensa por uma vara; cambau” (Dicionário Online de Português)

implementada pelos militares para facilitar a posterior identificação dos guerrilheiros assassinados. Mas o estigma lançado contra os indígenas — posto em circulação já nas primeiras reportagens sobre a guerrilha, ainda na década de 1970 — continua em voga. Num texto do jornalista Lucas Figueiredo publicado na revista GQ, em 2011, os Aikewara são referidos como “mercenários” e “máquinas de caçar e matar homens”. (ALARCON, 2018, p. 36-37)

Alarcon (2018) também relata sobre o Reformatório Krenak, que foi uma colônia penal de trabalho forçado de índios, localizado na cidade de Resplendor (MG) até 1972, depois mudou para cidade de Carmésia, fazenda Guarani (MG). O local portou 121 índios de 20 etnias que eram surrados, torturados, postos em solitárias e passavam por fome forçada, sendo presos no local por denúncias de vadiagem, saída de aldeias sem autorização, relações sexuais indevidas e problemas mentais.

No relatório final da CNV, no que diz respeito aos povos indígenas, constam 13 recomendações ao Estado brasileiro, tendo por horizonte a instauração de um “processo reparatório amplo e de caráter coletivo a esses povos”. Entre elas, figuram um pedido público de desculpas, a instalação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade, a criação de um grupo de trabalho no âmbito do Ministério da Justiça para organizar a instrução de processos de anistia e reparação a indígenas, e a demarcação das terras indígenas, entendida como “a mais fundamental forma de reparação coletiva pelas graves violações sofridas pelos povos indígenas no período investigado pela CNV”. Até agora, nenhuma dessas medidas foi adiante. (ALARCON, 2018, p. 33)

A autora também acrescenta

Mesmo que o Brasil tenha sido condenado pelo IV Tribunal Bertrand Russel (1982) pelos crimes contra os Waimiri-Atroari, os indígenas nunca receberam qualquer reparação. Pesquisadores e indigenistas que denunciaram o genocídio foram alvo de campanhas difamatórias na imprensa e de perseguição por parte do Estado.” (ALARCON, 2018, p. 35)

O relatório ainda aponta que foram em torno de 2650 indígenas Waimiri-Atroari, de todas as idades, mortos no território de Amazonas até Roraima, na construção da BR-174, pela mineradora Taboca, pela hidrelétrica de Balbina. “Ao tempo em que a imprensa alimentava o imaginário em torno da ‘selvageria’ dos Waimiri-Atroari, os indígenas eram atacados militarmente por ar e por terra” (ALARCON, 2018, pag. 34).

Ainda de acordo com a autora, em 1964, houve um grande incêndio criminoso em uma aldeia Waimiri-Atroari e a imprensa reforçou a ideia de que o incidente tinha sido causado pelos próprios índios.

Ainda em Alarcon (2018), no dia seis de janeiro de 1975, o jornal O Globo teve a manchete “Sertanista vai usar até dinamite para se impor aos Waimiris” e 15 dias depois, o comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, coronel José Tarcísio Cartaxo Arruda declarou para o jornal Folha de S. Paulo: “A estrada é importante e terá que ser construída custe o que custar”. Os indígenas que não morreram pelas armas, morreram pelas epidemias trazidas com a construção da rodovia. Perante o ocorrido, os indígenas se posicionaram

Em 13 de maio de 2014, os indígenas entregaram à comissão um relatório intitulado O tempo de guerra: os Aikewara e a guerrilha do Araguaia (no prelo), elaborado

pelos antropólogos Iara Ferraz e Orlando Calheiros, e por Tiapé Suruí e Ywynuhu Suruí. “Não era dessa maneira triste e feia que nós gostaríamos de fazer parte da história do nosso país”, escreveram os Aikewara em carta à CNV. (ALARCON, 2018, pag. 37)

Vale ressaltar que, de acordo com Alarcon (2018), toda essa barbárie praticada contra os povos indigenistas resultou em uma profunda perda cultural e de suas tradições. A autora complementa sobre os problemas que o Brasil tem em lidar com sua história e consequências do passado que marcaram os povos indígenas.

1.2 Escândalos do SPI e nascimento da FUNAI: dois lados da mesma moeda

A princípio e de acordo com Sant’ana, Castro e Jacó-vilela (2018), o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) tinha a proposta de 1) conduzir o índio ao trabalho por meios persuasivos, 2) combater o nomadismo e 3) despertar o gosto do índio para a agricultura e indústria rural. “Ignoravam o interesse das sociedades indígenas de modo a enquadrá-los nos padrões capitalistas” (SANT’ANA, CASTRO e JACÓ-VILELA, 2018, p.6)

Como já abordado no começo deste trabalho, de acordo com Starling (s/d), O Relatório Figueiredo (1967) é um dos principais documentos com as provas do que ocorrera com a população indígena nos anos de ditadura militar de 1964, foi encomendado, em 1967, pelo general e ministro do Interior Albuquerque Lima e produzido pelo procurador geral Jader de Figueiredo e com o objetivo de investigar e registrar a corrupção do SPI (Serviço Nacional do índio), percorrendo por mais de dezesseis quilômetros do território nacional e visitando cento e trinta postos

indígenas no Brasil e coletado centenas de testemunhos de índios e funcionários e os registrando em sete mil páginas e trinta tomos. O Relatório esteve perdido por quarenta anos após um incêndio suspeito, mas fora reencontrado em 2013, no Museu do índio pelo então vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais, Marcelo Zelic. “O índio, a razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram o mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana” (Relatório Figueiredo, 1967, Resumo p. 2)

De acordo com Sant’ana, Castro e Jacó-Vilela (2018), o ensino imposto para os índios em escolas específicas era desorganizado e sem qualquer planejamento, guiado pelas esposas dos militares dos postos indígenas. Os autores ainda citam a instauração de sevícias e inserção na prostituição de índios, tudo conduzido pelo SPI. Na mesma época, áreas onde os salesianos supostamente prestavam serviços e auxílio, como na Reserva Indígena Xingu, foram invadidas inúmeras vezes por empresas como Imobiliária Ipiranga, Empresa Colonizador Rio Ferro, Casa Bancária Financeira Imobiliária S/A, Consórcio Industrial Bandeirantes de Incentivo à Borracha S/A e Companhia Pan-americana de Administração, segundo o Relatório Figueiredo (1967 v. 16, p.225), dentre outras, destacando na denúncia a Colonizadora Rio Ferro Ltda. que, contrariando decreto federal, vendeu mais da metade de sua concessão para imigrantes japoneses. A apropriação das terras indígenas é um movimento que integra inúmeros grupos, dos salesianos às grandes empresas, de acordo com o Relatório Figueiredo (1967 Volume 16, p. 225).

De acordo com Alarcon (2018), o Relatório apresenta detalhes e provas contra centenas de

funcionários e expõe um sistemático esquema de corrupção entre funcionários e fazendeiros, seringalistas, madeireiras, mineradoras e outros grandes empresários. Um dos exemplos mais marcantes é da índia Rosa, de 11 anos, entregue a fazendeiro por um funcionário em troca de um fogão. “A imprensa da época considerou as informações apresentadas no Relatório como o maior escândalo do século” (SANT’ANA, CASTRO e JACÓ-VILELA, 2018, p. 5).

A descoberta de tal esquema bárbaro foi a público e ganhou palco internacional em 1968, em uma coletiva com o Ministro do Interior, general Afonso Augusto de Albuquerque Lima. Ainda de acordo com Alarcon (2018), o esquema corruptivo da SPI ganhou manchetes em diversos jornais importantes e internacionais, como “Um verdadeiro genocídio”, pela *Le Monde Diplomatic*, em dezesseis de março de 1968 e o *The New York Times* fez uma reportagem na primeira folha sobre alto escalão envolvido com o esquema, como o presidente da SPI, dois generais e um governador, no dia vinte e um de março de 1968. Para amenizar a dimensão do escândalo internacional, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) foi criada em 1967 para substituir a SPI, mas mantendo a ideologia, corrupção e criminalidade.

1.3 Os primeiros passos da luta política indígena com apoio da Igreja Católica

De acordo com Vieira e Arenz (2015), o ano 1960 foi quando Igreja Católica deixou de priorizar a catequese perante toda injustiça crimes cometidos na ditadura contra os povos indígenas da reserva indígena Raposa Serra do Sol e começa a envolver os mesmos na política

aos moldes dos não-índios, em plena época de refinamento do capital e aumento da violência.

Segundo Vieira e Arenz (2015), em 1971, a Igreja com o povo Tuxauas criaram Assembleias Gerais dos Tuxauas e que existem até hoje (Jornal Parantim, 2014) e passam a escrever em conjunto cartas e abaixo-assinados com reivindicações por escrito que chocavam um SPI acostumado a seguir ordens de fazendeiros e sem muita oficialidade ou organização indígena para defesa de seus direitos.

Vieira e Arenz (2015) descreve a emoção que Padre Jorge afirmou ter tido com o nascimento de algo novo e que mudaria o destino destes povos que agora contavam com as assembleias do Conselho Indígena de Roraima (CIR), que davam voz aos líderes e membros dos povos Wapixana, Macuxi e Taurepang. A maior das assembleias, coordenada pelo bispo D. Aldo Mogiano, foi a de 1977 e contou com mais de 140 índios que puderam denunciar seus problemas e opinar em ideias para articular politicamente sobre seus direitos e contra a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que substituiu a SPI desde 1967, mas que matinha compromisso com os interesses dos não-índios e, de acordo com Vieira e Arenz (2015), sempre buscavam premissas para interromper as reuniões.

2.

O POSITIVISMO NA CONSTITUIÇÃO E A RELAÇÃO COM O IMAGINÁRIO DO ÍNDIO: AS BASES DA SUBJULGAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS

De acordo com Silva e Lorenzoni (2012), o Estatuto do índio do Brasil (Lei 6.001/73) divide os povos indígenas em três categorias: 1) Isolados, 2) Em vias de integração e 3) Integrados. Portanto, a identidade de povos originários do Brasil não se divide por cultura ou organizações sociais, mas quão distante estes estão de se adequarem aos moldes da sociedade capitalista. Silva e Lorenzoni (2012), então, analisam a presença do Positivismo francês do século XIX de Comte que influenciou não apenas a Constituição do Brasil, mas também o próprio imaginário popular de sociedades originárias

A história do pensamento positivista no indigenismo latino-americano está intimamente ligada das primeiras repúblicas e a articulação de um nacionalismo republicano, em que representações do “índio” desempenham um papel crucial para a imaginação da nação. Nesse sentido, as políticas indigenistas têm sido interpretadas basicamente como formas de assegurar o território demarcado pelo estado a partir da integração de populações culturalmente diversas na ordem nacional. (SILVA e LORENZONI, 2012, p. 4)

Para Moraes (2008), a situação do nacionalismo latino-americano é justamente o oposto da situação europeia, onde o problema principal era a criação de um território nacional para uma população pré-existente, ou seja, construir o nacionalismo pensando nas pluralidades ali existentes, enquanto países latino-americanos ofereceram o molde e a diversidade aqui presente deveria se adequar a ele, “quais povos temos para construir um país?”.

Silva e Lorezoni (2012) ainda apontam a forte influência do Romantismo do século XX e o Indigenismo Nacional do século XIX como fatores para o fato. Portanto, a integração das terras deixa de ser assunto puramente científico e político para se tornar também estético.

De acordo com Silva e Lorezoni (2012), o fator Sociologia e Antropologia modernas tinham o contexto de uma Europa do século XIX, com o período das “conquistas coloniais” (aspas nosso) e o Tratado de Berlim (1885). Contemporâneo a isto, o Positivismo surge com a troca internacional constante de ideias e valores, cada qual com sua carga cultural e refletindo suas sociedades e “adotado por pensadores sociais, políticos, militares e outros profissionais, associações civis e sociedades secretas na América-Latina” (BOSH GARCÍA, 1986, p. 250-251 *apud* SILVA e LORENZONI, 2012, p. 5), quando o Rio de Janeiro sofria forte influência francesa.

Portanto, essa troca cultural traz consigo preconceitos, valores, estereótipos, racismos, etnocentrismos, individualismos, desenvolvimentismos, dentre outras construções culturais que, se não forem molde de todos, negros e índios, por exemplo, serão vistos como obstáculo para o processo civilizatório, isto de acordo com Silva e Lorenzoni (2012).

Contudo, podemos afirmar que a lei brasileira sobre a população indigenista advém dessa lógica de integração positivista, com interesse progressistas e liberais.

Lima (1985 e 1995) e Ramos (1999) *apud* Silva e Lorenzoni (2012) analisaram os “Projetos para o Brasil” de José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como o patriarca da independência. José Bonifácio foi grande influenciador de D. Pedro I e um erudito aristocrata português. Estudou Filosofia, Mineralogia e História Natural na Europa do século XVIII, vivendo, assim, a fase inicial da Revolução Francesa de 1790.

José Bonifácio tinha uma visão cristã e se pautou muito no projeto civilizatório de Marques de Pombal com seu pragmatismo. Com isso, “o patriarca da independência” foi o criador do projeto “Para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil”, na Constituinte de 1823. O documento constava a abertura de comércio com os tidos “bárbaros” e instruir índios com missionários que deverão dirigir suas paixões em direções favoráveis, influenciando suas dietas e orientá-los na criação pecuária, criando, assim, novos desejos e hábitos. A desobediência de tais padrões era punível com castigos, pois “civilizar, portanto, implicaria padrões específicos de produção e consumo” (SILVA e LORENZONI, 2012, p. 8)

Por mais que o projeto nunca chegou a ser implementado, podemos observar quais eram os pilares ideológicos dos influenciadores da corte vigente e a opinião pública da Primeira República. Para Mignolo (2000) *apud* Silva e Lorenzoni (2012), a imagem dos povos indigenistas é a de indivíduos em estados evolutivos inferiores e que existe uma “distância temporal” entre estes e o “homem civilizado” que, por sua vez, seria essencial para a evolução dos índios. Esta

ideia foi muito embasada no ideal do Diretório dos Índios de Marques de Pombal, de 1757 a 1798 (ALMEIDA, 1997, apud SILVA e LORENZONI, 2012), com objetivo de romper a dominância de base religiosa na administração dos índios.

Como nos mostra Mignolo (2000), durante o século XVIII e após a diferença cultural passaria a ser gradualmente secularizada e rearticulada como distância temporal. Nesse enquadramento, o índio se torna aquele que está por vir. Dito de outro modo, o índio ocupa um estado evolutivo já passado pelo homem civilizado e somente pela orientação do civilizado teria o índio condições de alcançar e participar do presente. (SILVA e LORENZONI, 2012, p. 9)

De acordo com Silva e Lorenzoni (2012), Comte acreditava que o processo evolutivo das sociedades começava com ideais religiosos e via a “nação” como o elo entre o homem e a humanidade, e seria esta uma integração necessária.

Nasceu aí uma base forte e positivista sob o mando “Ordem e Progresso”. Silva e Lorenzoni citam Marechal Candido do Mariano da Silva Rondon como um precursor desse processo integracionista indígena. Com sua agenda positivista, foi o fundador do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (futura SPI de 1910).

Rondon foi pioneiro no processo de construção de telégrafos para integrar o Brasil enquanto fotografava índios ao lado da bandeira do país, de acordo com Diacon (2004). O lema de Rondon era “morrer se for preciso, matar, nunca” para a “pacificação” de povos indigenistas.

A SPI era baseada legalmente pelo código civil de 1916 (Lei 3071/16), e fora substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pela Lei 5.371/67 (como visto anteriormente neste trabalho) e, posteriormente, pelo Estatuto do índio (Lei 6001/73).

Para Rosaldo (1993) *apud* Silva e Lorenzoni (2012), o Estado brasileiro carrega consigo uma “nostalgia imperial” no ato de lamentar a morte daquilo que ele próprio tem matado. Para Silva e Lorenzoni (2012), o índio vive uma ambiguidade: é indígena no território, mas alienígena na nação. Para Menezes (2000), o índio seria algo puro e autêntico e foi esta a visão que motivou a criação do Parque do Xingu de 1950.

Silva e Lorenzoni (2012) finalmente analisam o Estatuto do Índio no Brasil e percebem o tratamento destes como “incapazes” e que precisam da tutela do Estado; são entendidos como um estágio evolutivo do humano (visão claramente Positivista); uma percepção generalista perante a variação étnica-cultural das populações indígenas e o fato dos povos originários serem catalogados como “Isolados, em vias de integração e Integrados”.

“O índio é, não somente implicitamente, mas explicitamente e legalmente definido pelo olhar e atos do sujeito nacional” (SILVA e LORENZONI, 2012, p.16). Em contrapartida, vale ressaltar o que Silva e Lorenzoni (2012) pontuaram sobre as óticas pluralizadas do antropólogo Darcy Ribeiro que trabalhou no Serviço de Proteção ao índio (SPI) de 1947 a 1957 e escreveu “Os índios e a civilização”, onde os divide em “Isolados, Contato Intermitente, Contato Permanente e Integrados”. Silva e Lorenzoni (2012) também citam a existência do Projeto de Lei 2053/91 para a substituição do Estatuto do índio pelo “Estatuto dos povos

Indígenas” que, entre diversas demandas, visa uma nova gestão de território/ambiental, atividade econômica indígena e uso sustentável de recursos naturais, entre outras vigências que até hoje não foram postas em funcionamento.

2.1 Sob a perspectiva Foucaultiana da Necropolítica

Os autores Sant’ana, Castro e Jacó-Vilela (2018) partiram do ponto teórico-metodológico sob a teoria de Foucault para analisar as práticas disciplinares aplicadas à população indigenista entre os anos ditatoriais de 1964 a 1985.

Os autores descrevem uma educação usada não apenas as mentes do povo indigenista, mas também seus corpos para os tornar “dóceis, eficazes e submisso” (FOULCAUT, 2013). Partindo desta premissa, os autores comentam sobre a SPI (1910) ter substituído as catequeses pela “proteção” do índio com ideias positivistas e laicas e os submetendo a integração do trabalho nacional.

Agabem (2002) e Mbembe (2016) *apud* Alvarenga e Junior (2019) analisam através de uma perspectiva de Foucault (1996, 1998 e 1999) *apud* a ideia de “fazer morrer” numa sociedade com bases positivistas e biopolíticas, ou seja, onde o Estado escolhe quem deve ou não morrer e surgindo a partir daí o conceito de necropolítica, “em que a morte é elemento fundamental” (ALVARENGA e JUNIOR, 2019, p. 213).

Foucault (1998) *apud* Alvarenga e Junior (2019) cria o termo “Racismo de Estado” em uma relação de soberanos em exercício da soberania, portanto, as terras pertenciam ao Estado e os índios seriam os invasores e precisariam morrer pelo progresso.

Essa transição que implica o nascimento do Estado moderno é analisada por Foucault (1999) sob o ponto de vista das modificações das relações de poder, marcadas pelo mecanicismo racionalista e pelas revoluções burguesas, dando origem à era biopolítica, visto que a política enquanto capacidade humana de mediar interesses em nome do bem comum teria se tornado obsoleta. A biopolítica é considerada uma tecnologia de governo segundo a qual a própria vida humana passa a ser inserida na ótica da gestão de poder de natureza hierárquica verticalizada, entre o soberano e a sociedade civil, numa perspectiva mais horizontal, na qual o poder não se encontra num local ou pessoa específica. (ALVARENGA e JUNIOR, 2019, p. 215)

A biopolítica teria alcance ideológico, invadindo até as subjetividades e nos motivando ideologicamente, proporcionando a homogeneidade do “progresso material” que pertence a um grupo específico da população. Alvarenga e Junior (2019) retratam como algo além de um Estado que mata, mas que também deixa morrer sistematicamente. O racismo se torna o *modus operandi* da sociedade e “a criação voluntária de um estado de emergência permanente” (AGAMBEN, 2004, p. 13 *apud* ALVARENGA e JUNIOR, 2019, p. 216).

Agamben (2002) lembra o conceito romano do “*Homo sacer*”: pessoas banidas do ordenamento jurídico, mas este está inserido em sociedade e quem liquidá-lo não está praticando um delito. Cria-se aí o paradoxo do Estado protetor que não mata, mas deixa ou faz morrer aqueles que não tem o perfil de cidadão e que são os inimigos do progresso.

Para Lima (1995), o poder tutelar sobre o índio ilustra bem a biopolítica. Reforça-se então o conceito de Agamben (2002;2004), Estado de Exceção e a perda de valor humano

de um grupo que sequer tem os direitos básicos de um lar, direito sob seu corpo e direitos políticos (MBEMBE, 2016, p.130-131) e que estão sujeitos à *barbárie*.

2.2 O negacionismo e o genocídio indígena

Para Felipe Sotto Maior Cruz (2020), o negacionismo de fatos e crimes históricos é um grande dilema brasileiro. “falar de negacionismo e genocídio indígena até certo ponto um pouco redundante. Nesse contexto, a negação não é exceção, é a norma. É o fato que institui todas as relações” (CRUZ, 2020, 09:11–09:16).

Cruz (2020) afirma que o genocídio indígena é um traço fundante da nossa sociedade brasileira, até mesmo no próprio termo “índio”, uma vez que sequer foi perguntado aos povos originários quais seriam seus nomes e, em virtude do equívoco de desembarcarem em terras americanas buscando as índias, o termo “índio” foi imposto aos que aqui já habitavam. Fora construído, assim, uma nação em cima de outras nações preexistentes.

As *fake news* e a negação dos crimes cometidos na ditadura militar brasileira de 1964 se contradiz, como afirma Cruz (2020) que cita o relatório produzido em 2016 pela Relatora Especial da Organização das Nações Unidas Vitória Tauli Corpus que relatou dados de que os povos indigenistas no Brasil correspondem apenas a 0,4% da população do país.

O relatório cita a situação desses povos em solo brasileiro na última década, revelando uma imensa marginalização, vítimas de falhas de Direitos Humanos, forte descaso estatal frente a assassinatos de lideranças indígenas, suicídios, entre outa graves mazelas que expõe a insalubridade desses povos.

Cruz (2020) chega a comentar o descaso do atual presidente Jair Messias Bolsonaro (2018) que afirmou categoricamente que em seu governo, não haveria sequer um milímetro de demarcação para terras indígenas

O genocídio indígena não é desconhecido no imaginário nacional. Ele se encontra escrito nas memórias das cidades erguidas em solos banhados com o sangue dos meus. Essa memória se encontra viva não somente nos monumentos as figuras históricas que saúdam algozes e responsáveis por massacres, como também topônimos que retratam essa presença indígena relegada ao passado. (Cruz, 2020, 17:01)

Cruz (2020) cita apenas dois massacres cometidos e reconhecidos pelo Estado brasileiro – diante de muitos – que foram o Rachimú-Yanomami (1993) e Boca de Capacete-Xicuna (1988). Ora, contabilizando os 8350 indígenas mortos durante a investigação da Comissão Nacional da Verdade, como apenas dois massacres em toda a história do país foram contabilizados? Qual o motivo da renegação do passado não assumido que acarretaram nenhum pedido de perdão oficial ou medidas reparatórias por parte do Estado?

Este negacionismo não se isola apenas em países periféricos como o Brasil, mas também países desenvolvidos como Estados Unidos da América e Austrália, de acordo com Cruz (2020) que chama o fenômeno de Negacionismo Internacional e que se aplica a outros dezenas de nações construídas em cima de outras já nativas na lógica Imperialista.

O Negacionismo Internacional, para Cruz (2020), abrange teorias racistas, proibições linguísticas, políticas estatais paternalistas, concepções de cidadania

individualizantes - estes que negam o caráter essencialmente coletivo dos povos indígenas - convenções religiosas impostas, entre outros crimes contra indigenistas.

Cruz (2020) consta a própria tentativa de minimizar a gravidade do genocídio o chamando de “etnocídio”, ou seja, uma morte puramente simbólica. Para o autor, a explicação do fenômeno pode se dar em uma perspectiva freudiana, onde o culpado não apenas se ausenta da culpa, mas como também homenageia homicidas históricos para concretizar tal alienação de responsabilidade.

DEPUTADO XAVANTE MARIO JURUNA (1983–1987) E OS JORNAIS O GLOBO EM SEU PRIMEIRO ANO DE GOVERNO

Streit (PÚBLICA, 2018) o primeiro e único parlamentar xavante, o indígena Mário Juruna, eleito por 31 mil votos em 1983, pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) do Rio de Janeiro, contemporâneo de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, governou até 1987 e foi profundamente perseguido pelo governo Figueiredo – tendo sido censurado algumas vezes – sofreu forte repúdio da grande mídia, como o jornal O Globo.

Mário Juruna ficou marcado por andar sempre com um gravador de áudio para combater as mentiras de outro colegas políticos e denunciou os atos corruptos dos mesmos, inclusive delatou abertamente - em uma coletiva de imprensa - a tentativa de suborno que a empresa Calim Eid ofereceu no valor de 370 milhões de cruzeiros para que Juruna votasse em Paulo Maluf que era opção dos militares para as eleições indiretas para presidente do Brasil.

“Todo ministro é a mesma panelinha, é a mesma cabeça. Não tem ministro nenhum que presta. Para mim todo ministro é corrupto, ladrão, sem-vergonha e mau-caráter. Não vou dizer que todo ministro é bom, legal e justo. Vou dizer que todo ministro é do mesmo saco que aproveita o suor do povo trabalhador” (PÚBLICA, 2018)

Depois do discurso, o então presidente João Figueiredo reagiu com ira e o deputado Mário Juruna foi censurado na Casa.

Ainda de acordo com Streit (PÚBLICA, 2018), antes de deixar o cargo em 1987, Juruna criou a Comissão Permanente do Índio e presenciou uma intensa mobilização dos povos indigenistas e seus aliados durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) que fez parte da elaboração da Carta Magna de 1988 e que simbolizou a transição do Brasil para uma democracia depois de mais de duas décadas de um regime ditatorial.

Figura 1. Ailton Krenak em discurso de 1987 na tribuna da Constituinte



Fonte: YouTube - “ÍNDIO CIDADÃO? - Grito 3 Ailton Krenak” (2017).

A forte presença indígena no período da Constituinte - com centenas de indígenas - mostrou ao Brasil uma realidade desconhecida para os brasileiros. Streit (PÚBLICA, 2018) também citou o discurso do jovem líder Ailton Krenak que discursou na Tribuna de 1987 com um terno branco e tinta preta no rosto que ele

tingia enquanto discursava para todo o país, promovendo o que o deputado constituinte José Carlos Saboia (PMDB-MA) chamou, em entrevista ao Instituto Socioambiental, “um incomodo civilizatório”.

“O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para a sua existência e para manifestação de sua tradição, da sua vida, sua cultura que não colocam em risco - e nunca colocaram - sequer a vida dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos” (KRENAK, 1987, 01:00 - 01:30)

Pesquisando no acervo O Globo, Mário Juruna aparece, ao todo, 411 vezes no primeiro ano de governo e o trabalho analisará cada uma delas. A matéria com forte relevância no jornal O Globo foi no dia 5 de outubro de 1983, justamente no momento de censura pela denúncia da tentativa de suborno para o voto do parlamentar. A notícia retrata com detalhes a opinião direta de cada integrante da Câmara - de deputados à secretários - e demonstra a constante tensão de um Brasil ditatorial. Enquanto os votos favoráveis à punição de Juruna se embasam em contrariar a quebra de decoro ou reafirmar a soberania estatal, as falas de quem negou a punição também reafirma o apoio ao governo e a competência do então presidente João Figueiredo, como um constante medo à repressão. Em entrevista à mesma edição do jornal, Mario Juruna defende seu papel quanto parlamentar de denunciar a corrupção.

O que é isso? Eu roubei? Juruna matou? Não matei ninguém. Juruna não tem que pedir desculpas para linguagem de branco. Juruna não está provocando ninguém. Branco é que deve pedir desculpas, vai fechar

minha boca com esparadrapo? Pra que a gente tem boca? É para comer, pra beber e pra falar. Fiz meu dever, minha obrigação de Deputado. Autoridade está trazendo sofrimento pro povo. Juruna gostaria de juntar todo o povo brasileiro e lutar contra miséria. Não é a primeira vez que autoridade é criticada, mas Juruna não sabia que chamar autoridade de corrupto era coisa só de branco. Juruna não provocou Ministro do Brasil. Eu não quero mais usar essa palavra – corrupto. Lá no ato, no sertão, a gente fala ladrão. Vou falar só ladrão. (O Globo/ O País, matutina, 05/10/1983, p. 4)

Um dos títulos nas manchetes dizem que o governo esperava a cassação, mas que o caso estava encerrado, enquanto outra matéria na primeira folha termina com o depoimento de Antônio Carlos que viu o ato de denúncia de Juruna como uma afronta à estrutura de poder do Estado.

“A mesa da Câmara encontrou uma solução política para o caso em que a ação do Executivo foi prestigiada sem que houvesse qualquer despreço ao Congresso. Particularmente, entendo que Juruna tem contribuído de modo negativo na fase de abertura democrática, seja com insultos graciosos às autoridades, seja ocupando a cadeira do Governador Leonel Brizola. Penso que nada disso é espontâneo e, sim, tem por objetivo desmoralizar a estrutura do poder” (O Globo/O País, matutina, 05/10/1983, p. 4)

Em que sentido uma denúncia à corrupção vai contra a Democracia e não justamente a favor dela? E finalizar a matéria com opiniões negativas não traria a opinião que o jornal prefere deixar ao leitor no final da matéria?

Em uma visão ética, as manchetes sobre o incidente mostraram diversas nuances do fato, inclusive opinião

direta de Mário Juruna e a carta do deputado ao então presidente João Figueiredo. De acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007), no Capítulo II - Da conduta profissional do jornalista, Art. 7º O jornalista não pode: III - impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de ideias; e, de fato, o jornal, tendencioso ou não, expôs todas as nuances da notícia, inclusive o depoimento direto de Juruna e que condiz com o Código Internacional da Ética Profissional no Jornalismo (1978), Princípio I - O Direito das Pessoas de Retificar Informação - As pessoas e os indivíduos têm o direito de adquirir um quadro objetivo da realidade por meio de informação precisa e compreensiva como também de se expressarem livremente pelas várias mídias de cultura e comunicação.

Em contrapartida, mesmo cinco dias após o discurso de Juruna, o jornal retratou várias opiniões de governanças que denunciam a forma com que as palavras de Juruna que denunciou a corrupção foram usadas, ou seja, ao invés de “corruptos”, o deputado usou “ladrão” para se referir à uma grave tentativa de suborno e o assunto ronda em torno de quebra ou não de decoro, se o vocabulário de Juruna abrange ou não análogos menos agressivos que “ladrão”, mas o enfoque nunca é sobre a veracidade da tentativa de suborno do parlamentar para que votasse em Paulo Maluf e o quão relevante este crime seria. Sequer citam o contexto em que Juruna fala e nem para quem foi encaminhado.

Porém, o trabalho tem como um dos seus objetivos pesquisar e analisar a imagem criada do deputado Mário Juruna nas matérias arquivadas em “Acervo O Globo” de forma cronológica em seu primeiro ano de governo (1983), não exatamente por grau de relevância que o site expõe e é desta forma - cronológica - que analisará as

matérias do jornal, selecionando as que somem a ideia da imagem que o jornal quis transmitir do primeiro deputado xavante do Brasil.

3.1 Janeiro de 1983

Em janeiro de 1983, o primeiro ano de mandato do deputado Mário Juruna, antes da posse oficial que aconteceu no mês seguinte, o jornal O Globo retratou notas curtas sobre o xavante. No dia dezenove de janeiro, expos o discurso de Juruna sobre a defesa de índios e negros. Já no dia vinte e sete de janeiro, O Globo noticiou sobre uma carta de protesto que Juruna mandou para o ministro da Aeronáutica brigadeiro Délio Jardins de Matos que usou o termo “aculturado exótico” para descrever, em sua opinião, o motivo dos votos que Juruna teve para sua eleição. Dois dias depois, o jornal fala sobre Délio acreditar que Juruna é produto da democracia (sem propriamente expor diretamente se a fala teve conotação positiva ou negativa). No mesmo dia, o colunista Carlos Swann cita a menção de Juruna como “Mister Juruna” (O Globo/Rio, 29/01/1983, matutina, p. 10) na revista *The Economist*.

3.2 Fevereiro de 1983

Em fevereiro de 1983, a primeira matéria a citar o deputado Mário Juruna foi no dia primeiro do mês. A matéria levou o título de “Fryat recusa liderança e PDT adia escolha” (O Globo/O País, 01/02/1983, matutina, p. 3), quando o assunto debatido entre os parlamentares era sobre a escolha do novo líder da Câmara, mas a menção de Juruna e que finalizou a matéria foi “a maior parte dos debates foi o traje que o Cacique Mário Juruna

(RJ) deverá usar na solenidade de posse, hoje à tarde” (O Globo/O País, 01/02/1983, matutina, p. 3). Além de não tratarem Mário Juruna pelo título de deputado, ainda ressaltam um problema esdruxulo sobre códigos de vestimenta que não tem relevância no assunto político em questão nem sobre a nova liderança da Câmara. No mesmo dia, O Globo publica uma nota com o título “Juruna admite não ter redigido carta a Délio” (O Globo/O País, 01/02/1983, matutina, p. 5) e o claro foco da notícia era ressaltar a inabilidade de Juruna com uma máquina de escrever, mesmo com o deputado afirmando que a ideia era dele, mas pediu a um amigo para que datilografasse. O final da nota constou detalhadamente o gabinete em que Juruna trabalharia. Por qual motivo? Qual a relevância para a notícia?

No dia seguinte, no segundo dia de fevereiro de 1983, O Globo lança a matéria “Juruna põe terno, mas não vota em Bocayuva”

O Cacique Mário Juruna; Deputado pelo PDT do Rio de Janeiro, conseguiu ontem um terno emprestado para tomar posse, atendendo um apelo do Líder do partido, Bocayuva Cunha. Atendeu o apelo mas **vingou-se** de Bocayuva, votando em branco na eleição do Líder, pela manhã. (O Globo/O País, 02/02/1983, matutina p. 4, grifo nosso)

Além de não usar o título de deputado, o jornal desobedeceria Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007) “Capítulo II - Da conduta do jornalista, Art. 6º - É dever do jornalista: I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”, enquanto feria o Código

Internacional da Ética Profissional do Jornalismo (1978) e o Princípio VIII – Respeito aos Valores Universais e à Diversidade de Culturas “Um verdadeiro jornalista zela pelos valores universais de humanismo, acima de tudo paz, democracia, direitos humanos, progresso social e liberação nacional, enquanto com respeito ao caráter distintivo, valor e dignidade de cada cultura, como também o direito de cada pessoa escolher e desenvolver livremente seus sistemas políticos, sociais, econômicos e culturais. Assim o jornalista participa ativamente na transformação social para a melhoria democrática da sociedade e contribui em todos os lugares através do diálogo para um clima de confiança nas relações internacionais que conduz à paz e à justiça em todo lugar, para o desarmamento e o desenvolvimento nacional. Pertence à ética da profissão que o jornalista esteja atento às providências pertinentes contidas nas convenções, declarações e resoluções internacionais”.

No tocante a parcialidade que a matéria assumiu a apontar o uso do terno e não de roupas da cultura de Juruna, como o motivo para o voto em branco, reafirmando os motivos esdrúxulos e fúteis que o jornal O Globo quer fazer parecer ser as motivações do deputado. Como alguém despreparado e com motivações torpes para assumir um cargo político.

Não existiu motivos para a matéria detalhar aonde Juruna trabalharia, muito menos aonde moraria com sua família e em uma riqueza de detalhes como quadra e número do apartamento, ferindo, novamente, o Código Internacional da Ética Profissional do Jornalismo (1978): “Princípio VI – Respeito à Privacidade e à Dignidade Humana - Uma parte integrante dos padrões profissionais do jornalista é o respeito ao direito de privacidade do indivíduo e à dignidade humana, em conformidade com

o que está previsto na lei nacional e internacional relativa à proteção dos direitos e da reputação de outros, proibindo calúnia e difamação.”.

Figura 2. Charge sobre deputado Mário Juruna satirizando a cultura indigenista na Câmara dos Deputados

Apelido nativo

Diz-se na Câmara dos Deputados, em Brasília, que Juruna já começou a utilizar o vocabulário tupi-guarani na casa: só se refere ao líder da bancada fluminense do PDT como Curumim Boca-yuva.



Juruna: tupi-guarani
(Caricatura de JIMMY SCOTT)

Fonte: O Globo/ O País, 05/02/1983, p.8.

As menções de Mário Juruna ainda no segundo dia de fevereiro e no dia três de fevereiro foram referentes ao Carnaval e no tocante artístico, o jornal parece aceitar melhor a imagem do xavante, ou seja, o lugar folclórico do índio ser aceito, o índio enquanto símbolo das populações originárias, mas não como alguém competente para governar. Na charge acima vemos as vestes formais usadas pelos deputados, mas Juruna

armado de arco e flexas, ou seja, remetendo ao selvagem e violento índio que mesmo sendo eleito, não perderia sua essência de resolver dilemas da maneira dos povos da floresta; alguém incapaz de exercer o cargo político na base de debates de uma Câmara. Não fugindo da sátira, a coluna do dia vinte e três de fevereiro abordou o programa televisivo *A festa é nossa*, de Aginaldo Ribeiro, que faz uma paródia de Mário Juruna com o nome “Cacique Tanajura”, com piadas caricatas de um “não civilizado”.

No dia 24 de fevereiro de 1983, foi publicada uma matéria no *O País* uma matéria com o nome “Índios escolhem antropólogo como novo Diretor do Parque Xingu” (*O Globo/O País*, 24/02/1983, matutino, p.5) que foi uma matéria que construiu uma imagem positiva do novo diretor do Parque e afirmou que Juruna e outras identidades indigenistas apoiaram a decisão.

3.3 Março de 1983

No dia dois março de 1983, *O Globo* inicia as matérias sobre a volta das atividades da Câmara e, dentre várias citações de outros deputados, Juruna é citado apenas por ter chamado atenção de todos por levar a sua família. No dia quatro de março de 1983, o jornal publicou uma notícia com o nome “Juruna e FUNAI brigam por causa de estrada do Bananal” (*O Globo/O País*, 04/03/1983, matutina, p. 6), a imagem que se cria é de um Juruna exaltado, irritado, acusando o coronel e presidente da FUNAI Paulo Moreira Leal de ser o mandatário do pedido de prisão contra Juruna, enquanto o coronel o chama de “nobre deputado” e diz ser este caso “águas passadas”. Juruna é representado

como um sujeito irritado e instável, enquanto o coronel, alguém cordial e complacente.

No dia treze de março de 1983, a matéria com o título “Juruna, o índio”, com o subtítulo “A desilusão do cacique no Congresso Nacional” (O Globo/O País, 13/03/1983, matutina p. 10), cria uma imagem de derrota do Juruna que se decepciona com as ações potenciais que poderia fazer como deputado federal. Novamente, a matéria cita as vestes de Juruna, assim como seus ideais contra o eurocentrismo no código de vestimenta, sua militância na causa indigenista, denuncia das mazelas do governo para com os povos originários e a notícia falsa sobre um suposto jantar que o deputado teria dado em seu apartamento no valor de Cr\$140 mil. A matéria constrói a imagem do Juruna triste, decepcionado, desmotivado e a beira da renúncia.

No dia quinze de março de 1983, “Palácio prepara salão e jardins” (O Globo/O País, 15/03/1983, matutina p.6) conta sobre a preparação do evento de posse de Leonel Brizola no Salão Nobre e a matéria finaliza um tom de alívio cômico de uma rápida entrevista com Juruna que estava espiando os preparativos a fim de entender como se dará “a festa dos brancos”. Assim como na maioria das vezes, Juruna é visto como algo exótico, pitoresco e engraçado apenas pelo choque de sua cultura com a do Planalto.

No dia dezessete de março de 1983, a matéria “Juruna, irritado, queria mais tempo com governador” (O Globo/O País, 17/03/1983, matutina, p. 4) novamente construiu uma imagem imatura e irritada que cobrava mais atenção do governador Leonel Brizola, sendo que Brizola prestou apoio à candidatura de Juruna. Uma imagem de ruptura e desestabilidade política.

Em vinte e dois de março de 1983, o jornal expos que Juruna recorreu ao Ministro da Previdência para diminuir o tempo de prestação de serviços de indígenas de 65 anos para 60. O título por si já é xenofóbico, tratando Juruna como um ser menos humanizado, enquanto a imagem de Juruna é brava, e do ministro, assustado.



Fonte: O Globo/O País, 22/03/1983, matutino, p. 5.

Na seção "Cartas dos leitores" (O Globo/O País, 29/03/1983, matutino, p. 2), uma carta criticou o método caricato em que o jornal retrata Juruna e o eurocentrismo das críticas ao seu código de vestimenta. Funcionou como uma autocrítica ao jornal O Globo e foi a última menção ao deputado Juruna no mês de março.

● *Juruna*

Certamente Mário Juruna não foi eleito por uma parcela consciente do eleitorado. Entre seus eleitores encontraremos piadistas inconseqüentes, como os que no passado sufragaram o rinoceronte "Cacareco", pessoas de horizontes limitados, que buscaram, talvez, soluções novas para velhos problemas, acreditando que um candidato original pudesse trazer essas soluções, ou, ainda, aqueles que votaram nele por força da vinculação obrigatória.

Não sendo um de seus eleitores, me surpreendi conjecturando sobre a importância de um fato ocorrido com o Deputado xavante e que foi tratado como piada pela maioria da opinião pública: o incidente da gravata. Será que a lógica simples de quem foi criado à feição de atender às necessidades básicas não está correta? Será que realmente uma roupa leve e própria para o nosso clima agride o decoro parlamentar? Por acaso as deputadas têm que usar gravata? Não será esse traje alienígena mais uma manifestação da nossa falta de personalidade tropical, a mesma que nos leva a subsidiar o trigo e a importar tantos costumes impróprios?

Repentinamente, Mário Juruna começa a parecer aquela criança da fábula que, na sua lógica infantil, gritou que o rei estava nu, quando todos, para parecer inteligentes, diziam vê-lo vestido de ouro.

Glauco de Oliveira, Niterói, RJ

O Globo/O País, 29/03/1983 matutina, p. 2.

3.4 Abril de 1983

No dia quatro de abril de 1983, a reportagem “Propostas originais, experiências variadas, jogo da sucessão” (O Globo/O País, 04/04/1983, matutina, p.4) mostrou bem a opinião de Juruna sobre a LSN (Lei de Segurança Nacional) acerca de seus crimes contra as populações indigenistas. Uma observação curiosa é o fato de o jornal usar o termo “movimento de 64” ou “revolução” para descrever o golpe militar de 1964.

No cinco de abril de 1983, “Juruna visita Leitão e pede reformulação da Funai” (O Globo/O País, 05/04/1983, matutina, p.5) foi a matéria que noticiou Juruna e sua polêmica crítica à incompetência do chefe de Gabinete Civil da Presidência, ministro Leitão de Abreu. “Parece – disse – que ele não tem língua” (O Globo/O País, 05/04/1983, matutina, p.5) retratou o jornal sobre a fala de Juruna.

“Andreazza fala de Delfin sem satisfazer deputados – Um depoimento didático e três horas de debate” (O Globo/Economia, 07/04/1983, matutina, p.21) foi a matéria onde retratou Juruna desviando o assunto principal da CPI (para liquidar dívidas da Delfin para com o governo federal) para denunciar os padres que atuavam na FUNAI, desrespeitando a cultura e religião dos povos originários.

Ao chegar ao Dia Nacional do índio, as narrativas do jornal O Globo demonstraram uma nova nuance a Juruna e às populações originárias do Brasil, com maior respeito e imagens positivas acerca dos mesmos, seja para engrandecer o trabalho de Juruna, seja para denunciar os desafios de indigenistas no país. Inclusive ressaltar os aplausos que Juruna recebeu em seu discurso no Dia Nacional do Índio. Contudo, o dado positivo à Juruna

também se dá sob o contexto de que o deputado xavante responde positivamente à um político.

Figura 5. matéria "Protaba vai dar casa para índios"



Juruna apresenta o Presidente da Câmara, Flávio Marçílio, com um cocar

Protaba vai dar casas para índios

Em comemoração ao Dia do Índio, o Ministro do Interior, Mário Andreazza, lançou ontem o Programa para Construção de Unidades Habitacionais nas Reservas Indígenas (Protaba), que será financiado pelo BNH com recursos do Finsocial. Na Câmara, o ex-cacique xavante e Depu-

tado Mário Juruna (PDT-RJ) foi muito aplaudido ao discursar criticando a atuação da Funai. Ele condenou também o Governo por não dar oportunidade aos índios e continuar tentando manter a tutela sobre os grupos indígenas.

Página 5

Fonte: O Globo, 20/04/19, matutina, p.1.

Ainda no dia vinte de abril de 1983, dia posterior ao Dia Nacional do índio, uma página inteira foi destinada à pauta indigenista. “BNH vai financiar casas em terras indígenas” (O Globo/O País, 20/04/1983, matutina, p. 5) retoma o assunto sobre as casas aos indígenas e reforça o trabalho da construção das mesmas que seria pelos próprios indigenistas, provavelmente reforçando a imagem do índio integrado à lógica do trabalho do Estado, reforçando sua “capacidade” de colaborar com o país aos moldes do Estado. “Na cidade, a luta para sobreviver” (O Globo/O País, 20/04/1983, matutina, p. 5) explicitou bem os desafios da decadência da cultura Coluene e de um indivíduo desta população que luta para sobreviver na cidade vendendo artefatos de sua cultura e exibindo uma anaconda. Matéria retrata com uma imagem triste e denunciadora essa situação. “Juruna, na tribuna, critica Funai” (O Globo/O País, 20/04/1983, matutina, p. 5) mostrou com propriedade a opinião exposta por Juruna que criticou a Funai, a forma com que o Estado trata a população indigenista como incapaz e que requer apoio do governo, o desrespeito às pluralidades das culturas indigenistas, o voto indireto para eleições, entre outras críticas aguçadas.

Na coluna “Por dentro da TV, por Hildegard Angel” (O Globo, 21/04/1983, Cultura, p.40) fez uma breve menção ao programa “Aplauso” e sua edição em que Juruna fora convidado para responder uma entrevista em sua língua nativa xavante e estas foram traduzidas para a língua portuguesa com ajuda do secretário intérprete de Mário Juruna. Um momento de representatividade e respeito a cultura xavante.

Posterior ao clima positivo do conteúdo de O Globo que deu espaço às populações indigenistas, uma matéria

de crítica ao discurso de Juruna foi publicada no dia vinte e um de abril de 1983:

Figura 6. matéria "Funai repudia a acusação de Juruna"

SEMANA DO ÍNDIO

Funai repudia a acusação de Juruna

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Presidente da Funai, Coronel Paulo Moreira Leal, disse ontem que "merece repúdio da Fundação" o discurso feito pelo Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) na Câmara, em comemoração ao Dia do Índio, quando classificou o órgão de paternalista e acusou-o de desenvolver projetos faraônicos nas aldeias indígenas.

— O índio xavante José Maria, da aldeia de Mário Juruna, também me disse que não gostou do discurso — acrescentou.

— A Funai não é paternalista, pelo contrário, quer que os índios trabalhem e produzam. Mas há alguns casos, como o dos cadiveus (MS), em que a Fundação encontra resistência dos índios, que não querem trabalhar.

Segundo o Coronel Leal, o pronunciamento de Mário Juruna dificulta o trabalho da Funai, porque "acaba formando uma opinião pública através de inverdades".

CACIQUE CONFIRMA

O cacique Ramão Machado, da reserva de Dourados, no

Mato Grosso do Sul, admitiu ontem que alguns fatos denunciados pelo índio terena Jorge Paredes são verdadeiros. Embora tenha chamado Paredes de mentiroso por tê-lo acusado de espancamentos, Ramão confirmou a existência de um conselho indígena, integrado por 15 membros, responsável pela manutenção da ordem e da disciplina. Mas disse que não são policiais e não andam armados, "usam apenas um pedaço de pau para se defenderem dos índios bêbados".

Na Bahia, o fazendeiro Arthur Miranda, proprietário da Fazenda Picos, invadida pelos índios quiriris, propôs ontem ao Diretor do Instituto de Terras do Estado, José Aécio Rodrigues e ao Delegado Regional da Funai, J José Leonardo Reis, a venda de suas terras, localizadas na reserva indígena, por Cr\$ 126 milhões.

A reunião para discutir as bases da negociação foi realizada na cidade de Cipó e hoje os três irão a Brasília discutir a oferta com o Presidente da Funai.

Fonte: O Globo/O País, 21/04/1983, matutina, p.5.

A matéria expõe também a visão da FUNAI e mostra um dos seus reais e principais objetivos: impor a visão capitalista aos povos indigenistas que subjugam sua visão de trabalho, valores, moral e cultura. Só a lógica monetária é válida? Não seria papel da FUNAI defender a cultura indigenista?

Quatro dias depois, O Globo/O País noticia que Juruna buscou retirar a FUNAI no Ministério do Interior.

No dia vinte e seis de abril de 1983, O Globo/O País explicita com maiores detalhes o projeto de lei de Juruna. No documento, o deputado solicita que o órgão seja administrado por um Conselho Diretor formado por índios e indigenistas escolhidos pelas comunidades indígenas e este Conselho seria fiscalizado por um terceiro Conselho Indígena composto por cinco membros escolhidos pelas lideranças da região. Juruna argumenta que a proposta está de acordo com o que prediz o Estatuto do índio e os interesses dos líderes indígenas.

“Bancada do PDT critica Brizola - Frejat teme desvio para o nacional socialismo” (O Globo/O País, 28/04/1983, matutino, p. 4) traz Juruna intervindo em uma discussão entre o deputado Agnaldo Timóteo e o deputado Abdias Nascimento, em uma retransmissão dentro da reportagem com o nome “Racismo”.

A discussão se encerrou graças a um apelo do Deputado Mário Juruna:

- Índio sofre as mesmas restrições que preto. Somos marginalizados por brancos. Então, preto não deve ficar brigando na frente de branco, senão branco vai pensar que preto está dividido (O Globo/O País, matutino, 28/04/1983, p. 4)

3.5 Maio de 1983

No mês seguinte, especificamente no dia cinco de maio de 1983, uma matéria com o título “Andrezza ouve queixas de Juruna” (O Globo/O País, 05/05/1983, matutino, p. 8) mostra a ideia já mencionada anteriormente sobre a ideia de inferioridade dos índios diante dos brancos, como se fossem incapazes de tomar decisões ou criar uma opinião sozinhos, precisando se embasar na ideia de um “civilizado” para construir a sua. “Para o Presidente da Funai, contudo, o Cacique-Deputado está sendo vítima de pessoas estranhas, que estão influenciando-o, pois jamais o órgão deixou de estar pronto para resolver qualquer problema dos indígenas brasileiros” (O Globo/O País, 05/05/1983, matutino, p. 8). Juruna não teria experiência e anos de militância pelos direitos indigenistas para chegar à conclusão da ineficácia da FUNAI sozinho? Precisaria de um estranho o influenciando para que construísse essa crítica?

No dia oito de maio de 1983, a entrevista intitulada como “Costa Cavalcanti – ‘No Nordeste se diz: Quem corre cansa, quem anda avança’” (O Globo/O País, 08/05/1983, matutina, p. 4), constrói uma imagem positiva para o hipotético pré-candidato à presidência da República, o cearense e ex-ministro das Minas e Energia e Interior no governo de Costa e Silva, coronel Costa Cavalcanti e que na época era o atual presidente da Eletrobrás e da então maior hidrelétrica do mundo, a Itaipu Binacional.

Como já constando anteriormente, grandes construções como estradas e hidrelétricas foram os principais motivadores para o extermínio de povos originários em prol do “progresso” do país através do PIN (Plano de Integração Nacional), mas a matéria faz

apenas uma breve menção aos índios e Juruna é citado apenas como alguém que já procurou contatar o coronel para dialogar, mas que parou quando se tornou deputado federal. O general é apresentado como alguém que ajudou a salvar a economia nacional, enquanto os crimes cometidos contra os povos originários sequer são mencionados.

Com a mesma desenvoltura com que fala da situação energética brasileira, faz uma verdadeira conferência sobre a situação dos índios e o problema fundiários no Brasil, temas que tornam boa parte de seu tempo no Ministério do Interior.

- Chama o Costa. Quero falar com o Costa. Foi assim que o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) o procurou há algum tempo, mas ele não estava.

- Eu conheço o Juruna há muito tempo. Estivemos juntos pela primeira vez em Cuiabá (MT). Depois que ele se elegeu Deputado, nunca mais o vi. Mas gostaria muito de conversar com ele – afirma o General. (coronel Costa Cavalcanti, O Globo/O País, 08/05/1983, matutina, p. 4)

No dia dez de maio de 1983, a matéria “Funai tem projeto para índios explorarem minério” (O Globo/O País, 10/05/1983, matutina, p. 7) mostra novamente os interesses capitalistas sob a cultura indígena, dessa vez na região do Rio Içana, no Amazonas, onde vivem os índios Tucano, Banivá e Curipaco. A proposta visou tirar mineradoras das reservas e fazer com que os próprios índios façam o trabalho de mineração superficial e se integrem ao trabalho nacional. Seria este objetivo desses povos?

- O garimpo é uma atividade que, mesmo supervisionada pela Funai, só pode ser realizada por índios que já tenha um determinado grau de aculturação. Sabemos, por exemplo, que há muitos minérios na reserva dos índios

Ianomânis, em Roraima, **mas eles ainda são muito primitivos para este tipo de atividade** - acrescentou. (assessor do presidente da FUNAI Armando Tabuada, O Globo/O País, 10/05/1983, matutina, p.7, grifo nosso)

Além de o jornal errar o termo “Ianomâmis” (“Ianomânis”), Armando Tabuada afirma que estes povos são primitivos pela ausência da tecnologia de mineração, reforçando a ideia positivista já mencionada no presente trabalho sobre a ideia do suposto progresso se pautar aos moldes capitalistas e eurocêtricos para definir o “patamar evolutivo” de uma cultura.

No mesmo dia, a matéria “Indígenas em extinção terão ajuda” (O Globo/O País, 10/05/1983, matutino, p. 7) retrata a ajuda do governo para os povos Waimiri-Atroari para se salvarem da extinção que, como foi visto anteriormente no presente trabalho, o extermínio desses povos foi provocado pelo próprio Estado brasileiro e de forma bárbara e massiva, mas nada disso foi mencionado no jornal.

Figura 7. matéria “Indígenas em extinção terão ajuda”

Indígenas em extinção terão ajuda

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — A Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) iniciará hoje uma campanha em favor dos índios vaimiri-atroari, reduzidos a 771 membros, dos 6 mil existentes em 1905. Os vaimiri-atroari estão hoje “no limite da sua resistência e ameaçados de extinção”, segundo Júlio Gaiger, Presidente da Associação.

Com 120 membros em Porto Alegre e núcleos no interior do Estado e também em Florianópolis, Curitiba, Rio de Janeiro e Salvador, a Anai vai, numa primeira etapa, colher assinaturas para um abaixo-assinado exigindo que o Governo Federal reconheça o território tradicional daquela tribo, ao norte de Manaus, no Amazonas, demarcando as terras e retirando delas os empreendimentos agropecuários e mineradores. Vai pedir também que não seja construída a represa de Balbina, que alagará parte da reserva indígena. O abaixo-assinado será passado com o auxílio de outras 30 entidades que também se dedicam ao apoio aos índios em todo o País.

Fonte: O Globo/O País, 10/05/1983, matutino, p. 7.

De acordo com Alarcon (2018) – já mencionado anteriormente – a imprensa alimentou o imaginário de selvagens agressivos dos Waimiri-Atroari e foi esta imagem que justificou o incêndio criminoso às aldeias desse povo, assim como o uso de explosivos por sertanistas para expulsar os Waimiri-Atroari de suas terras para construção da Transamazônica. Vale lembrar que, ainda de acordo com Alarcon (2018), punições físicas, estupros, encarceramento e trabalho forçado também foram impostos a estes povos. Nenhum dos fatos foi pontuado nesta rápida matéria que visa exaltar o trabalho do Estado brasileiro para salvar estes povos da extinção que ele mesmo promulgou. Reforçando a biopolítica de Foucault (2004).

3.6 Junho de 1983

Ao contrário do início do mandato de Juruna, os jornais do Grupo Globo começaram a legitimar de forma mais séria as posições de Juruna. Em comparação às diversas imagens caricatas e selvagens de Juruna, agora até seus protestos ganham melhor representação e figuras relevantes do meio político compactuam com seus protestos. No dia vinte e dois de junho de 1983, a matéria “Protesto: Juruna abre a camisa no plenário” (O Globo/ O País, 22/06/1983, matutina, p. 7) não ridiculariza o protesto de Juruna contra o código de vestimenta eurocêntrico, ao contrário do que fazia em notícias sobre o começo de seu mandato. Os protestos que antecederam este caso também foram representados de uma forma mais séria do que antes, inclusive sobre povos indígenas que protestaram com violência na defesa de suas terras e mudança da diretoria da FUNAI.

Figura 8. matéria “Protesto: Juruna abre a camisa no plenário”

Protesto: Juruna abre a camisa no plenário

BRASILIA (O GLOBO) — O Cacique e Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) protestou ontem, mais uma vez, no plenário da Câmara, contra a obrigatoriedade do uso de paletô e gravata, mas não o fez através dos microfones. Ele prendeu a gravata no pescoço e deixou a camisa aberta, sentado na primeira fila do plenário. O cantor e Deputado Agnaldo Timóteo, também do PDT do Rio de Janeiro, acompanhou o protesto informal de Juruna, incentivado por Sebastião Nery, do mesmo partido e do mesmo Estado. Juntos, os três posaram para os fotógrafos que registraram sua atitude.

Fonte: O Globo/O País, 22/06/1983, matutina, p. 7.

No dia vinte e quatro de junho de 1983, a manchete com o nome “Exigência: a demissão do coronel Leal – índios ocupam a sede da Funai durante três horas” (O Globo/O País, 24/06/1983, matutina, p. 5) expôs a ocupação que líderes xavantes fizeram na sede da FUNAI a fim de protestar em favor da troca do presidente coronel Paulo Leal. A matéria expõe a posição de protesto dos índios e finaliza com a afirmação quase sônica do chefe de gabinete do Ministério do Interior Luiz Carlos de Urquiza Nóbrega.

- Eu desafiaria qualquer outro país a mostrar uma legislação com os valores humanos em relação às minorias como a nossa com os índios – afirmou Urquiza

Nóbrega, para quem o Governo não permitirá que os índios tentem impor sua vontade através da força e da violência. (chefe de gabinete do Ministério do Interior Luiz Carlos de Urquiza Nóbrega, O Globo/O País, 24/06/1983, matutina, p. 5)

O uso da força e violência foi a base da ditadura. Principalmente com o surgimento dos Atos Institucionais que, de acordo com D’Araujo (FGV CPDOC, 2020) promoveu a fase mais violenta da Ditadura Militar Brasileira, principalmente como o surgimento do AI-5.

O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. (D’ARAUJO, FGV CPDOC, 2020)

Enquanto a afirmação de que a legislação do índio no Brasil ser eficaz, como analisamos no presente trabalho, há controvérsias quanto à Constituição respeitar a pluralidade étnico-cultural do Brasil pois foi embasada aos moldes positivistas e vê os povos originários como incapazes e que precisam de apoio de “civilizados” para “evoluir” (SILVA e LORENZONI, 2012). E, claro, os inúmeros crimes cometidos contra os povos originários, também contextualizados no presente trabalho, reafirmam a falácia do de Nóbrega e que O Globo não se preocupou em pontuar.

No dia vinte e cinco de junho de 1983, a matéria “Juruna apóia ocupação da Funai por xavantes” (O

Globo/O País, 25/06/1983, matutina, p.6) usa o termo “ocupar” ou invés de “invadir”, finalizando a notícia com a explicação do deputado de que o prédio é uma repartição pública e que serve ao povo que tem direito de se estabelecer ali. Na mesma matéria, a retranca “Xavantes não desistem” finaliza com o cacique Tibúrcio desmentindo a fala do diretor do Parque do Xingu Cláudio Romero sobre as relações estarem pacíficas entre eles, dizendo que ninguém falou que estava arrependido com o incidente.

No dia seguinte, “Líderes indígenas apóiam luta contra direção da Funai” (O Globo/O País, 26/06/1983, matutina, p. 6) e “Juruna: Funai quer briga entre índios” (O Globo/O País, 26/06/1983, matutina, p. 6) noticiaram com clareza os interesses dos grupos indigenistas e a deposição da diretoria da FUNAI, acrescentando a denúncia de Juruna sobre a estratégia do governo de colocar comunidades indígenas umas contra as outras trazendo grupos inimigos à Brasília para que defendessem a FUNAI. No dia vinte e oito de junho de 1983, a notícia “Presidente da Funai diz que não age sob pressão” (O Globo/O País, 28/06/2021, matutina, p. 5) reiterou o desejo de saída de Leal da presidência da FUNAI por parte de grupos indigenistas – por mais eu Adreazza afirmou que ainda não tinha o relatório sobre a ocupação ocorrida e as novas demarcações de terra indígena. No dia vinte e nove de junho de 1983, O Globo noticiou sobre o prazo que os militantes indígenas deram para a mudança da diretoria da FUNAI e denunciou a perseguição que líderes indígenas estavam sofrendo.

No dia trinta de junho de 1983, O Globo/O País retratou o protesto de Paulo Moreira Leão em deixar, junto de seus colegas, seus cargos na FUNAI.

Figura 9. matéria "Funai critica apoio de deputados a tribo"

Funai critica apoio de deputados a tribo

PORTO VELHO (O GLOBO) — O Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Paulo Moreira Leal, condenou ontem, nesta capital, a participação de deputados no movimento dos índios xavantes, que no último dia 26 ocuparam a sede do órgão em Brasília e pediram a exoneração do Coronel Zanoni Hausen e de outros militares. Segundo Paulo Leal, os deputados rebelaram-se contra o Poder Executivo e tentaram, embora sem êxito, desautorizar a autoridade constituída.

De acordo com Paulo Leal, a reivindicação dos índios xavantes não procede e não será aceita. Disse que, enquanto for Presidente da Funai, esses funcionários não serão demitidos:

— Eles (índios) mandam na casa deles. O cargo pertence ao Ministro Andreazza e eu o assumi com muita honra. Não será um grupelho que vai mandar na Funai.

Paulo Moreira Leal disse ainda que o movimento dos xavantes foi "muito bem orquestrado" e dele participaram familiares do Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que, na sua opinião, não representa a liderança indígena do Brasil. E arrematou taxativo:

— Quem manda na Funai sou eu e não abro mão disso.

Segundo Paulo Leal, a Funai deverá encaminhar segunda-feira ao Ministro Mário Andreazza um completo relatório sobre a ocupação da sede do órgão. Acrescentou que somente veio a Porto Velho ontem, para participar da 183ª reunião do Conselho Deliberativo da Sudam, por determinação pessoal do Ministro Mário Andreazza.

Indagado sobre o assunto, o Ministro Andreazza negou que o Presidente da Funai esteja demissionário.

Fonte: O Globo/O País, 30/06/1983, matutina, p. 11.

Na matéria, Leal rebate com indignação e autoritarismo ao dizer que ele manda na FUNAI enquanto Andreazza finalmente se posiciona a favor da permanência de Leal.

No dia trinta de junho de 1983, uma matéria de um cacique opositor à Juruna foi publicada com o título "Cacique quer disputar a próxima eleição pelo PDS" (O Globo/O País, 30/06/1983, matutina, p. 11), onde o Capecol (José Rui, comunidade Canela) afirmou que "Juruna só quer saber de mulheres e dinheiro. Até agora Juruna não fez nada por índio" (Capecol / José Rui, O Globo/O País, 30/06/1983, matutina, p. 11). Contudo, o líder indígena concorda com a crítica de Juruna à direção

da FUNAI e afirma que na Fundação não existem direções de indigenistas, apenas brancos.

O Globo fez matérias reforçando o argumento de Juruna e detalhando seu posicionamento. Quando Andreazza afirma que não mudará a diretoria da FUNAI, O Globo faz uma matéria com um opositor atacando em nível pessoal Mário Juruna. No caso, sobre supostamente o Xavante só se preocupar com mulheres e dinheiro.

3.7 Julho de 1983

No dia primeiro de julho de 1983, a enredo acerca da pressão dos povos originários contra o coronel Leal segue forte e Juruna o acusa de mentiroso na matéria publicada pelo O Globo/O País, matutina, p. 7. No dia cinco de julho de 1983, a reportagem “Mudança na Funai cria reação em cadeia - Coronel Leal pede demissão. Novo Presidente é um civil” (O Globo/O País, 05/07/1983 matutina, p. 7), mostra um Leal exausto pelas investidas dos índios e seu desabafo de que trabalhar por minorias seria uma tarefa árdua por ser censurado quando critica os povos originários; assim como também trouxe falas de indígenas favoráveis ao Leal e mais uma fala problemática e preconceituosa sobre os povos originários.

Segundo o Presidente demissionário, a Funai é um órgão atípico e para que o trabalho junto às comunidades indígenas seja facilitado seria preciso que toda a sociedade envolvente respeite e ame o índio que, em seu entender, é **uma figura inocente, muitas vezes transformado em inocente útil.** (coronel Paulo Leal, O Globo/O País, 05/07/1983, matutina, p. 7, grifo nosso)

A fala expõe a ideia infantilizada, incapaz e generalista do índio que precisa de apoio do civilizado para sua segurança, enquanto ressalva que ele é inútil se não estiver seguindo os padrões de trabalho capitalistas e colaborando com os interesses do país.

No dia seis de julho de 1983, em “Cartas dos leitores”, uma com o título “índios” acompanhou a carta de um leitor sobre a ocupação na FUNAI.

Creio que, como eu, muitos ficaram estarecidos com a atitude de Juruna, comandando índios numa investida contra a Funai. O espetáculo apresentado na TV seria simplesmente burlesco, não fosse profundamente chocante. O governo deveria fazer uma sindicância para responsabilizar os que influenciaram os silvícolas a tão inesperado comportamento. (...) (Luiza Guimarães, O Globo/O País, 06/07/1983, matutina, p. 2)

Considerando que foi uma carta escolhida pelo próprio jornal, provavelmente seja esta a opinião que O Globo compartilha. Temos a opinião crítica diretamente o deputado Juruna e defende a incapacidade dos indígenas de tomar a decisão de protesto, precisando ter influência de alguém para que executem uma ocupação e reivindicuem seus direitos.

3.8 Agosto de 1983

No dia seis de agosto de 1983, “Um lugar para Juruna” (O Globo/O País, 06/08/1983, matutina, p. 2) citou juruna como um “invasor” do Palácio de Guanabara, como quem tem o objetivo de incomodar o andamento dos trabalhos realizados ali, e não realizar o seu próprio, enquanto político.

Figura 10. matéria "Um lugar para Juruna"

Um lugar para Juruna

Preocupados com as constantes invasões do Palácio Guanabara pelo Deputado Mário Juruna, os Deputados estaduais Paulo Quental e Augusto Ariston (este último fez dobradinha com o cacique nas últimas eleições) conseguiram ontem um local de trabalho no Rio para o companheiro de partido.

Quental vai ceder a Juruna parte de seu grande gabinete. O local terá mesa, cadeiras, máquinas de escrever, secretária e um telefone. Quanto ao aparelho telefônico, será ligado a mesa geral, ficando restrito a ligações locais. Experiência, Ariston ainda se recorda que, durante a campanha, teve de arcar com algumas contas telefônicas de Juruna que ultrapassavam Cr\$ 200 mil.

Fonte: O Globo/O País, 06/08/1983, matutina, p. 2.

Além do termo "invasão" que não cabe a um edifício público, muito menos a um político exercendo seu papel, a matéria cita a conta telefônica de Juruna que também foi usada para realizar seu trabalho. Não seriam estes dois fatos uma tentativa de deslegitimar o trabalho de Mário Juruna e qualificá-lo como um incomodo e/ou algo com alto orçamento? Outros políticos da época também não usavam o telefone como principal forma de comunicação?

No dia nove de agosto de 1983, uma matéria sobre a posição crítica de Juruna às falas dos irmãos antropólogos Villas Boas trouxe uma explicação detalhada da posição de Juruna, acrescida de opiniões

de outros antropólogos que concordaram que a fala dos Villas Boas em defesa da FUNAI e era contraditória preconceituosa quanto a incapacidade dos povos indígenas de participarem ativamente da política.

A resposta dos Villas Boas veio no dia seguinte e apresentou falas onde os índios devem ficar longe dos assuntos brancos, inseridos unicamente na mata. Seria esta uma solução para manter a integridade cultural dos povos originários ou manter o poder unicamente nas mãos dos brancos que já fizeram muito contra a população indigenista mesmo antes da ditadura militar brasileira de 1964? Não é tarde demais para os povos simplesmente tornarem às matas e esperar que seus direitos sejam defendidos?

- Afirmamos apenas que para conhecer os índios é preciso viver com eles. Os índios brasileiros diferem muito daqueles que aparece nos livros de antropologia. Cláudio e eu discordamos do Mário Juruna quando este afirma que os índios podem dirigir os seus próprios destinos. Isso implica passo de auto-determinação que seria, em outras palavras, um avanço para a emancipação. Nós somos contrários a essa emancipação, porque o índio que procuramos defender é aquele tribalizado dentro da mata, sem nenhum conhecimento do mundo branco. (ORLANDO VILLAS BOAS, O Globo/O País, 10/08/1983, matutina, p. 6)

No dia treze de agosto, O Globo publicou uma matéria sobre uma denúncia do exército contra o assessor de Juruna por ter constado em um livro de sua autoria um dos crimes cometidos contra os Waimiri-Atroari.

3.9 Setembro de 1983

As próximas matérias que falaram de Juruna deram espaço para apresentar suas ideias e a imagem ridicularizada de antes, inclusive, foi criticada pelo próprio jornal O Globo em uma coluna de Cultura. A coluna de Artur de Távola, "Jô e Juruna = a Jôruna?" (O Globo/Cultura, 08/09/1983, matutina, p. 34) contou o incidente em que Juruna cobrou respeito quanto ao seu programa que criou um personagem caricato do deputado e ridicularizou os trejeitos do índio que tentava se encaixar entre os brancos. A coluna contextualizou o conceito do cômico, mas finalizou a matéria apoiando os ideais de Juruna.

Há, portanto, um conteúdo social oculto na caricatura. O humorista é um representante do opressor a levar o corpo social a se anestesiarem diante do problema do índio, atitude inconsciente de disfarce ou anestesia da profunda culpa pelo que o branco hegemônico faz (até sem querer, mas psicológica e socialmente responsável) com uma cultura diferente, uma raça diferente, um povo ordeiro e pacífico portador de outra cultura, mais profunda, talvez que a dominante. (ARTUR DE TÁVOLA, O Globo/Cultura, 08/09/1983, matutina, p. 34)

E ainda enaltece diretamente o papel social e político de Juruna.

Um líder bravo e lutador como Juruna, que se dispõe a enfrentar toda a sorte de seduções e desilusões que a cultura branca lhe procurará infiltrar e inculcar para diluir sua resistência, no momento de ir defender a sua gente é assessorado por alguém no fundo identificado como o branco esmagador.

[...] O que deseduca é toda uma atitude social expressa no humor do Jô (que não o faz com qualquer má intenção). O que deseduca, é a causa profunda pela qual se toma o índio pelo lado difícil e doloroso de sua adaptação, como forma de riso destinada a ocultar na aparente alegria, a tragédia de sua condição diariamente agravada por nossa omissão e insensibilidade de brancos e dominadores, incapazes de humanizar e aprofundar as nossas relações com outras culturas que também nos constituem e das quais deveríamos nos orgulhar em vez de zombar, implacáveis e autodefensivos. Mas a essa consciência ninguém leva o índio. Dão-lhe o argumento acidental, não o essencial. E o argumento acidental logo é triunfado pelo mesmo sistema que o engendrou. É mais fácil...

Podemos usar esta matéria como base para argumentar que o jornal vem mudado sua posição quanto à Juruna e o movimento indígena. Principalmente em uma crítica à Jô Soares que era apresentador de um programa transmitido no canal Globo.

No dia nove de setembro de 1983, O Globo publicou uma reportagem sobre uma reunião entre o deputado Mário Juruna e o então presidente Figueiredo. Reforçando a imagem menos caricata e mais séria que Juruna carrega agora, ressalvo esta matéria por se tratar de uma reunião de um xavante diretamente com um presidente em época de ditadura militar e ainda expondo os ideais de Juruna e sua causa.

Revelou ainda que o Presidente “levou susto” quando ele disse que “índio hoje é mais importante que Ministro, porque é Deputado eleito pelo povo”. Da sua postura de chefe - que não abandona em nenhum momento -, Mário Juruna deu conselhos ao Presidente para “ouvir mais a comunidade indígena”.

- Senhor Presidente, eu sou contra a miséria, a fome, contra que o povo sofra. Eu quero que você, como Presidente da República, assuma um compromisso com o povo para renovar nosso Brasil. Eu sou contra barreira, contra ditadura, contra corrupto. (O Globo/O País, 09/09/1983, matutina, p. 4)

A opinião de Juruna não foi o protesto a favor da causa indigenista. Neste dia, ele critica também o próprio sistema político ditatorial para um presidente ditador e O Globo ainda divulgou essa opinião em tempos de censura ditatorial. No dia quinze de setembro de 1983, O Globo divulga uma matéria sobre a pose de Juruna à presidência da nova Comissão do índio na Câmara dos Deputados e cita o pedido de Juruna da intervenção militar em um sequestro de fazendeiros por parte de índios que reivindicavam suas terras.

Contudo, a coluna de Carlos Swann trouxe de volta a richa entre Juruna e o indigenista Orlando Villas Boas que dá depoimento preconceituoso e racista sobre os povos originários:

Figura 11. matéria "Índio sem cacique"

Índio sem cacife

Numa entrevista de TV, e a propósito do Deputado Mário Juruna, o indigenista Orlando Villasboas fez duas revelações que vale a pena lembrar:

1. Não existe liderança de nenhuma espécie entre os índios. Nem na tribo, nem em grupos, nem no próprio casal. Índio não segue o caminho de ninguém, não tem líder, só faz o que lhe dá na cabeça. Logo, Juruna não lidera nada, embora não haja qualquer mal ou desavença em que

fale em nome da comunidade indígena.

2. Enquanto não emancipado, o índio é juridicamente irresponsável. A sua posição perante a lei é igual à de menor. O índio pode, entretanto, pedir a sua emancipação, coisa que ele comumente evita para não contrair também obrigações.

Acontece que o cacique Juruna até hoje não requereu a sua emancipação e continua, portanto, sob a tutela do Estado, particularmente da Funai.



Fonte: Coluna de Carlos Swann, O Globo/O País, 16/09/1983, matutina, p.10.

A coluna de Carlos Swann já produzira charges e ataques à Juruna. O perfil do conteúdo da coluna costuma tratar assuntos das classes sociais altas e de notícias sobre a vida de famosos, estipulando certos padrões tidos como interessantes e talvez um índio não se encaixasse aos padrões de Swann.

O fim do mês de setembro demonstrou muitas menções à Juruna por conta de um discurso polêmico que o deputado xavante deu criticando todo o Ministério do presidente Figueiredo usando palavras como “ladrão, corrupto, sem vergonha e mau-caráter” por não defenderem os índios (voltando à denúncia de tentativa de suborno que iniciou este capítulo). Muitos parlamentares de posicionaram contra Juruna o acusando de injúria pelos adjetivos, pedindo, inclusive, a cassação de seu mandato, mas o ministro da Justiça Abi-Ackel negou ser esta uma gravidade a ponto de uma cassação. A primeira menção – das muitas que vieram no mês seguinte - do que ficará conhecido como Caso Juruna posteriormente constou na matéria “Ministros pedem à Câmara cassação de Juruna” (O Globo, 29/09/1983, matutina, p. 1).

3.10 Outubro de 1983

No dia primeiro de outubro, O Globo publica uma coluna com uma opinião que defende o golpe militar de 1964 em um momento turbulento em que a Câmara decide se punirá Juruna e consideram a cassação de seu mandato.

Figura 12. matéria "Congresso ativo"

Congresso ativo

UM DOS MAIORES méritos dos dirigentes políticos brasileiros, desde que o Presidente Médici encaminhou a eleição indireta de seu sucessor, o Presidente Ernesto Geisel, comprometido com a distensão, foi ter conseguido traduzir substancialmente, em sua prática, a sábia distinção que ficou como derradeira lição do Senador Milton Campos — a distinção entre a Revolução e seu processo.

OS PEDIDOS feitos à Câmara para que tome providências contra as tolas e ingênuas — mas ainda assim intoleravelmente injuriosas — palavras do Deputado-xavante Mário Juruna mostram, ao lado da perfeita solidariedade dos Ministros ao Presidente da República, como os mecanismos que regem as relações entre os poderes podem e devem funcionar.

A INICIATIVA do Ministério desagrava moralmente seus integrantes e o Governo como um todo. À Câmara caberá, agora, fazer a sua parte, que representará o desagravo do Legislativo ao Executivo. Eventuais recursos da deliberação parlamentar serão dirigidos ao terceiro dos Poderes republicanos, que, se for o caso, encerrará o assunto.

FAZ O MINISTÉRIO do Governo Figueiredo o que teria feito qualquer Ministério em idêntica circunstância.

OS HOMENS QUE têm a responsabilidade de promover a reencontrô pleno do movimento de 64, decisivo em nossa História, com seus ideais mais sólidos e generosos não se desviaram do eixo que nos trouxe das eleições livres de 1974 às eleições gerais de 1982, passando pela fim da censura à imprensa, pela

revogação do AI-5, pelo fim da perseguição política e pela concessão da anistia.

E HOVE dificuldades, numerosas e delicadas.

A CONJUNTURA crítica que hoje atravessamos começou a emitir os sinais de sua extrema gravidade às vésperas da viagem do Presidente Figueiredo para Cleveland.

O GOVERNO enfrenta a dificuldade de lidar com problemas que estão algo além de sua capacidade direta de intervenção. O Legislativo se vê face às seqüelas de uma espécie de estado de minoridade forçada a que foi submetido durante longos anos, e que o faz reagir aos acontecimentos com um espírito de rebeldia juvenil.

O DESAFIO, agora, a teste de maturidade de um País que precisa ser grande na adversidade, assim como se sentiu grande quando os ventos eram propícios, é trilhar os caminhos da convivência republicana dos Poderes.

A REVOLUÇÃO veio para res-tabelecer o funcionamento desse mecanismo essencial, ameaçado pela irresponsabilidade, pela demagogia populista, pelas indistarcíveis intenções golpistas. Seu processo se exauriu e vem sendo substituído pela normalidade institucional, assim como as escoras provisórias são substituídas pelas vigas definitivas.

E, NESTE PRECISO momento, não cabe apenas ao Governo a tarefa de complementar tal substituição. Cabe sobretudo ao Congresso demonstrar que possui o que mais se exige dele: descortino político.

Fonte: O Globo, 01/10/1983, Matutina, Primeira Página, p. 1.

As discussões estavam em torno do vocabulário da língua portuguesa de Juruna ser escassa e as palavras usadas para criticar o descaso do governo não teve intenção de promover o decoro parlamentar. Mas por que apenas no final do seu primeiro ano de mandato o linguajar de Mário Juruna - que ainda se adaptava em falar outra língua - causou comoção, ao contrário de diversos outros episódios em que o deputado também criticou o governo e suas instituições com vocabulários não tão distintos deste? O fato de que o movimento indigenista e a pressão que Juruna causou e ascendeu ao poder do recém-criado cargo de presidência da Comissão do Índio não seria influência para o repentino incomodo dos parlamentares e principalmente de do ministro do Exército general Walter Pires que fez a denúncia?

O mês de outubro se sucedeu com um intenso debate sobre a punição que Juruna receberia, mas, posteriormente, as especulações tronaram claro um possível desvio de assunto para acobertar pautas polêmicas que estavam causando comoção nacional e até protestos com milhares de pessoas. Dentre estas pautas, estava a promulgação do Decreto-Lei 2.045 que visava alterar a Lei nº 6.708 que tratava da política salarial e a Lei nº 7.069 que dispunha sobre o reajuste de alugueres em locações residenciais, adota medidas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e as negociações do Brasil e o Fundo Monetário Internacional.

Segundo Nilo Coelho, que ontem ofereceu um almoço de despedida ao Embaixador da Alemanha Oriental, Günther Severin, com a presença dos embaixadores de oito países do Leste europeu, a imprensa internacional só tem uma preocupação no momento: o caso Mário Juruna.

O Senador contou que, durante todo o almoço, repórteres de jornais americanos e europeus ligaram para sua casa querendo saber se Juruna seria cassado ou não.

- Ninguém - disse Nilo Coelho - se preocupou em saber das negociações entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou da crise financeira. O interesse principal dos jornalistas internacionais e o futuro do primeiro índio a se tornar deputado no Brasil. (O Globo, O País, 03/10/1983, matutina, p. 3)

O presidente do Congresso, senador Nilo Coelho expos a situação em que não apenas o jornal O Globo como outros jornais internacionais estavam interessados no caso Juruna, porém, expos que os jornais estrangeiros queriam mais sobre a repressão do primeiro deputado índio, mas O Globo queria defender os ideais democráticos os ocultar os assuntos que geraram revolta? Uma vez que o choque cultural do deputado índio já fora se desconstruindo a esta altura.

Figura 13. matéria "Assunto encerrado"

Assunto encerrado

CRISES, melhor não tê-las.

POR VEZES, no entanto, o fantasma de uma crise, ou aquela que existe apenas por malícia ou timidez na cabeça de alguns, acaba tendo o salutar efeito de revelar o grau de solidez das instituições, a extensão do caminho avançado na direção da estabilidade democrática.

ASSIM SE passou no episódio Juruna. O escrúpulo com que foi respeitada e exercida a independência dos Poderes fortaleceu Executivo e Legislativo, e o caso pode ser dado por encerrado sem perigo de seqüelas.

AO ACATAR a decisão da Mesa da Câmara, mesmo que ela

não correspondesse integralmente aos desejos do Planalto, o Governo deu uma demonstração de sabedoria política que tranqüiliza a Nação, revelando, acima de tudo, sua nenhuma intenção de supervalorizar o ocorrido. Esse comportamento — que, de passagem, calou a boca de diversos profetas do Apocalipse — tem o mérito adicional de reforçar a sua autoridade para negociar com o Congresso problemas bem mais sérios do que o boquirralismo insensato do Deputado Juruna.

POR SUA VEZ, o Legislativo reafirmou sua autonomia sem empáfia e sem esquecer por um só momento que a ofensa existiu e que não poderia passar sem desagravo.

TALVEZ seja otimismo demais imaginar que o próprio Juruna tenha recolhido a lição de sua irresponsabilidade, ou sequer que tenha entendido a extensão da ofensa que cometeu. Paciência. Talvez os seus eleitores urbanos tenham aprendido que a presença de um índio no Congresso tem caráter meramente simbólico no que se refere à defesa dos interesses das comunidades silvícolas do País. Um bom Deputado é sempre melhor do que um Deputado simbólico — pelo menos isto deve ter ficado claro para todos.

ENFIM, superada a crise que não houve, sobra-nos agora tempo — e fôlego redobrado — para as outras, as verdadeiras, as profundas, as urgentes.

Fonte: O Globo/Primeira Página, 05/10/1983, matutina, p.1.

No dia cinco de outubro de 1983, O Globo anunciou que a punição de Juruna foi a censura escrita, ao contrário do interesse do Governo que pedia a cassação de seu mandato. Mário Juruna, como sempre combativo, negou-se a retratar-se. No mesmo dia, uma coluna opinativa desmerece o papel de deputado de Juruna na luta pelos silvícolas e trata sua etnia como símbolo, ressaltando que o cargo de Juruna não passava de um símbolo.

Um detalhe sutil, mas relevante, são as falas de Juruna para se justificar quanto ao presidente ditador Figueiredo estar ou não zangado com o deputado depois do caso, em “Juruna confirma que deseja ir de novo à Figueiredo” ” (O Globo/O País, 07/10/1983, matutina, p. 2). “Acredito que o Pai Grande (Figueiredo) – disse – não está com raiva de Juruna. Raiva só na hora; quando passa, volta a amizade e eu não matei ninguém”, perseguir, agredir e matar não foram as marcas da ditadura militar brasileira de 1964? E – como foi exposto anteriormente neste trabalho – o mesmo não aconteceu com os povos originários durante este período?

No dia dezessete de outubro de 1983, “Radiografia de uma sociedade - Senhor presidente João Figueiredo 2.045 - prova de fogo Legislativo versus Executivo” teve um crítica aguçada ao governo ditatorial e em defesa de Mário Juruna em “Radiografia de uma sociedade - Senhor presidente João Figueiredo 2.045 - prova de fogo Legislativo versus Executivo” (O Globo/O País, 17/10/1983, matutina, p.3).

O caso JURUNA foi extraordinariamente importante, não pelo que ele disse, no que discordo quanto a quantidade, mas pelo DESFECHO FINAL. Foi um GRITO de DESABAFO e de REVOLTA que ressoa desde os idos de 1500, com invasão e posse das terras indígenas,

ROUBADAS mesmo. O GOVERNO poderia ter feito OUVIDOS DE MERCADOR, como faz sempre a numerosas outras acusações, muito mais graves e comprovadas, entretanto, o PODER EXECUTIVO - amparado pelo remanescente PODER MILITAR AUTORITÁRIO, em tentativa desesperadora, quis TESTAR, o grau de submissão do LEGISLATIVO, galhardamente vitorioso no caso 2.024 e, quem sabe, ter oportunidade de BARGANHAR a aprovação do 2.045. (O Globo/O País, 17/10/1983, matutina, p.3)

O conturbado mês de outubro terminou com conteúdo demonstrando apoio estudantil à Juruna, assim como a propagação internacional de seus ideais nos jornais estrangeiros e um concurso de pipas que contou com a homenagem ao deputado xavante.

3.11 Novembro de 1983

Depois de aproximadamente um mês desde a censura ocorrida pela crítica de Juruna, o deputado xavante retorna fazendo novas críticas e com sua posição combativa.

No dia quinze de novembro, O Globo publicou uma página inteira com a temática indigenista intitulada "A comunidade Guarani do estado do Rio" (O Globo/Rio, 15/11/1983, matutina, p. 13), denunciando a marginalização de diversas etnias que sofreram com o roubo de terras, tentativas de assassinatos por fazendeiros, as mazelas do Estado em não prestar apoio aos seus direitos, entre outras denúncias que vieram acompanhadas de detalhes sobre a cultura e valores de povos indigenistas como povo Guarani, sua construção familiar, narrativas de certas famílias e suas histórias de vida, análises antropológicas entre outros detalhes inéditos sobre o povo Guarani.

Figura 14. matéria "Juruna volta à Tribuna com críticas moderadas"

Juruna volta à Tribuna com críticas moderadas

BRASÍLIA — O Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) disse ontem, da Tribuna, que chegou à Câmara dos Deputados para defender o seu povo, a sua gente indígena, e que não veio "puxar saco de ninguém". Este foi o primeiro discurso de Juruna depois da ameaça de cassação que teve, há cerca de um mês, por ofensas aos Ministros do Governo Figueiredo.

Mário Juruna disse que estava disposto a apoiar o governo se o governo quisesse a liberdade do povo brasileiro ou fazer uma ampla reforma agrária, "para dividir terra para o povo brasileiro". Mas, "desse jeito, o governo afundando o Brasil, não pode apoiar, não pode aceitar".

No discurso de ontem, em tom bem mais moderado do que a última vez que ocupou a Tribuna, e chamou o Ministério Figueiredo de ladrão, Juruna protestou contra "a roubalheira dos brancos", voltou a defender os índios e pediu eleições diretas para Presidente da República.

Fonte: O Globo/O País, 01/11/1983, matutina, p. 4.

A repercussão internacional de Juruna despertou o interesse no jornal em contar mais sobre a situação atual dos povos originários no Brasil? Até então, de todas as

pesquisas por “Juruna” no acervo, nunca houve uma super reportagem em tantos detalhes e denúncias sobre desafios, crimes e cultura dos povos originários como esta.

As matérias dos dias seguintes trataram da luta por terras dos povos indigenistas – ênfase no Guarani – e o apoio do deputado Mário Juruna com a Comissão Nacional do Índio.

3.12 Dezembro de 1983

O mês de dezembro se inicia com notícias sobre a discussão do deputado e cantor Agnaldo Timóteo com o governador Brizola. Posteriormente, O Globo noticiou a agenda de políticas indigenistas de Juruna, como as atividades da Comissão Nacional do Índio, as reuniões de comunidades indigenistas para escolha de caciques sem a participação ou influência da FUNAI e campanhas de não-violência às comunidades indígenas após o assassinato Marçal de Souza, (cacique Tupa’y).

No dia onze de dezembro de 1983, O Globo publicou uma página inteira contextualizando as reservas indígenas que contém minérios valiosos com ouro, diamante e estanho e, mesmo que legalmente os minérios pertencem aos habitantes das reservas, o governo viava uma parceria de empresas mineradoras com a FUNAI que receberia parte do lucro que deveria ser revertido para apoio aos índios. Como mostrado anteriormente neste trabalho, os interesses da FUNAI são majoritariamente capitalistas e servem ao Estado antes de servir aos povos originários. Neste episódio, Juruna também denuncia a FUNAI e este crime que estava prestes a acontecer e por frente a frente um dos maiores inimigos dos índios nas maiores reservas do país: os garimpeiros (O Globo/O País, 11/12/1983, matutina, p. 12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo não sendo discutida com a mesma profundidade que países considerados de Primeiro Mundo discutem quando genocídios acontecem em seus territórios, o genocídio dos povos originários que assombra o Brasil desde a chegada dos portugueses é um fato histórico inegável e a cultura que motiva a necropolítica nos rodeia. Portanto, este fenômeno pode ser visto para diversas expressões das diversidades brasileiras que são perseguidas e atacadas todos os dias.

O papel da grande mídia em construir realidades e escolher as pautas que entrarão em voga nas discussões da sociedade pode ter o papel decisivo para moldar, em certos pontos, o destino da mesma. Juruna começou 1983 sendo satirizado, terminou presidindo um órgão criado por ele mesmo em prol do seu povo.

A imagem de Mário Juruna – que iniciou no cenário político como todo índio era representado: incapaz, infantilizado e pitoresco – foi se moldando na medida que lutou bravamente pelos seus ideais e pelos direitos dos povos originários e não só os conseguiu no século em que seus conterrâneos sofreram mazelas de ditaduras militares, mas também conquistou uma evolução da própria imagem do índio que agora garantiu seu lugar em um cargo político, um feito inédito na história do Brasil, e representou todo um povo que sofre há séculos em sua própria terra.

Mesmo sendo contemporâneo do genocídio de seus semelhantes, Mário Juruna foi combativo e colocou no cenário nacional a pauta indigenista e sem ele, talvez artifícios essenciais para esta causa não existissem, como

a Comissão Nacional do Índio e todas as conquistas dos povos indigenistas do Brasil.

REFERÊNCIAS

A COMUNIDADE GUARANI DO ESTADO DO RIO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1983, matutina. Rio, p. 13.

ALARCON, Daniela. Povos indígenas foram vítimas de genocídio na Ditadura Militar. **Revista Adusp**. São Paulo, nov. 2018. Disponível em: <www.adusp.org.br/impressao/revista-adusp>. Acesso em: 06 jun. 2020, 22:40.

ATILA: governo esperou cassação, mas caso acabou. **O Globo**. Rio de Janeiro, 05 out. 1983, matutina. O País, p. 4.

BETE LUTA POR UMA CRECHE E SALÁRIOS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 04 abril 1983, matutina. O País, p. 4.

ALVARENGA, Rodrigo; JÚNIOR, Elston Américo. Da biopolítica à necropolítica contra os povos indígenas durante a ditadura militar brasileira (1964-1965). **Revista Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v.55, p. 212-222, 2019

ANDREAZZA FALA DE DELFIN SEM SATISFAZER DEPUTADOS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 07 abril 1983, matutina. Economia, p. 21.

ANGEL, Hildegard. GETÚLIO OUTRA VEZ. **O Globo**. Rio de Janeiro, 20 abril 1983, matutina. Cultura, p. 40.

ANGEL, Hildegard. POR DENTRO DA TV DE HILDEGARD ANGEL. **O Globo**. Rio de Janeiro, 23 fev. 1983, matutina. Cultura, p. 36.

APOSENTADORIA DE ÍNDIO LEVA JURUNA A BELTRÃO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 22 mar. 1983, matutina. O País, p. 5.

ASSUNTO ENCERRADO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 05 out. 1983, matutina. Primeira Página, p. 1.

BIGIO, Elias de Souza. A ação indigenista o Brasil sob a influência militar e da Nova República. **Revista de Estudos e Pesquisas**. Brasília, p. 13-93, 2007.

BNH VAI FINANCIAR CASAS EM TERRAS INDÍGENAS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 20 abril 1983, matutina. Primeira Página, p. 5.

CACIQUE QUER DISPUTAR A PRÓXIMA ELEIÇÃO PELO PDS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 30 jun. 1983, matutina. O País, p. 11.

CÂMARA ADIA PARA HOJE A DECISÃO SOBRE JURUNA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 04 out. 1983, matutina. Primeira Página, p. 1.

CÂMARA E SENADO VOLTAM A TER GRANDE MOVIMENTAÇÃO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 02 mar. 1983, matutina. O País, p. 5.

CARTA DOS LEITORES - ÍNDIOS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 06 jul. 1983, matutina. O País, p. 02.

CARTAS DOS LEITORES - JURUNA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 29 mar. 1983, matutina. O País, p. 2.

CONGRESSO ATIVO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 01 out. 1983, matutina. Primeira Página, p. 1.

CORONEL LEAL PEDE DEMISSÃO. NOVO PRESIDENTE É UM CIVIL. **O Globo**. Rio de Janeiro, 05 jul. 1983, matutina. O País, p. 07.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. 1 Vídeo (1 hora 34 minutos e 40 segundos). Felipe Cruz Tuxá - Negacionismo e genocídio indígena no Brasil. **Publicado pelo canal ANPUH-Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/BCWs-BRrKmc>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

DA ARTISTA AO EX-MINISTRO, O NOVO BRILHO DO CONGRESSO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 04 abril 1983, matutina. O País, p. 4.

D'ARAUJO, Maria Celina. O AI-5. **FGV CPDOC**. 2020. <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 13 jan. 2021. 12:45.

DÉLIO RESPONDE A JURUNA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 jan. 1983, matutina. O País, p. 5.

EXÉRCITO PROCESSA ASSESSOR DE JURUNA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 13 ago. 1983, matutina. O País, p. 6.

EXIGÊNCIA: A DEMISSÃO DO CORONEL LEAL - ÍNDIOS OCUPAM A SEDE DA FUNAI DURANTE TRÊS HORAS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 jun. 1983, matutina. O País, p. 5.

FIGUEIREDO RECEBE JURUNA E ISENTA DELFIM DE 'CULPA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 09 set. 1983, matutina. O País, p. 4.

FRYAT RECUSA LIDERANÇA E PDT ADIA ESCOLHA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 01 fev. 1983, matutina. O País, p. 3

FUNAI REPUDIA ACUSAÇÃO DE JURUNA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 21 abril 1983, matutina. O País, p. 5.

FUNAI TEM PROJETO PARA TRIBOS EXPLORAREM MINÉRIO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 10 mai. 1983, matutina. O País, p. 7.

INDÍGENAS EM EXTINÇÃO TERÃO AJUDA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 10 mai. 1983, matutina. O País, p. 7.

ÍNDIOS ESCOLHEM ANTROPÓLOGO COMO NOVO DIRETOR DO PARQUE XINGU. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 fev. 1983, matutina. O País, p. 5.

JÔ E JURUNA = A JÔRUNA?. **O Globo**. Rio de Janeiro, 08 set. 1983, matutina. Cultura, p. 34.

JURUNA ACUSA PAULO LEAL: 'ESSE HOMEM MENTE MUITO'. **O Globo**. Rio de Janeiro, 01 jul. 1983, matutina. O País, p. 07.

JURUNA ADMITE NÃO TER REDIGIDO CARTA A DÉLIO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 01 fev. 1983, matutina. O País, p. 5.

JURUNA APÓIA A OCUPAÇÃO DA FUNAI POR XAVANTES. **O Globo**. Rio de Janeiro, 25 jun. 1983, matutina. O País, p. 6.

JURUNA CRITICA OS IRMÃOS VILLAS BOAS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 09 ago. 1983, matutina. O País, p. 06.

JURUNA: COMISSÃO DO ÍNDIO FARÁ 'REVOLUÇÃO'. **O Globo**. Rio de Janeiro, 15 set. 1983, matutina. O País, p. 6

JURUNA CONFIRMA QUE DESEJA IR DE NOVO À FIGUEIREDO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 07 out. 1983, matutina. Primeira Página, p. 2.

JURUNA E FUNAI BRIGAM POR CAUSA DE ESTRADA DO BANANAL. **O Globo**. Rio de Janeiro, 04 mar. 1983, matutina. O País, p. 6.

JURUNA: FUNAI QUER BRIGA ENTRE ÍNDIOS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 jun. 1983, matutina. O País, p. 16.

JURUNA, IRRITADO, QUERIA MAIS TEMPO COM GOVERNADOR. **O Globo**. Rio de Janeiro, 17 mar. 1983, matutina. O País, p.4.

JURUNA, NA TRIBUNA, CRITICA FUNAI. **O Globo**. Rio de Janeiro, 20 abril 1983, matutina. Primeira Página, p. 5.

JURUNA, O ÍNDIO - A DESILUSÃO DO CACIQUE NO CONGRESSO NACIONAL. **O Globo**. Rio de Janeiro, 13 mar. 1983, matutina. O País, p. 10.

JURUNA PÕE TERNO, MAS NÃO VOTA EM BOCAYUVA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 02 fev. 1983, matutina. O País, p. 4.

JURUNA RECEBE DIPLOMA DE DEPUTADO NO TRE DO RIO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 19 jan. 1983, matutina. O País, p.4.

JURUNA VISITA LEITÃO E PEDE REFORMULAÇÃO DA FUNAI. **O Globo**. Rio de Janeiro, 05 abril 1983, matutina. O País, p. 5.

JURUNA VOLTA À TRIBUNA COM CRÍTICAS MODERADAS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 01 nov. 1983, matutina. O País, p. 1.

KRENAK, Ailton. 1 Vídeo (4 minutos e 01 segundo). ÍNDIO CIDADÃO? -Grito 3 Ailton Krenak. **Publicado pelo canal ÍNDIO CIDADÃO? - O FILME**, 2017. Disponível em: <https://youtu.be/kWMHiwdbM_Q>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Parque Indígena do Xingu: A construção de um território estatal. Campinas: Unicamp, 2000.

MESA DA CÂMARA DELIBERA HOJE SOBRE CASO JURUNA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 04 out. 1983, matutina. O País, p. 4.

MIGNOLO, Walter D. Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking. Princeton: Princeton University Press, 1993.

MINISTRO CONTA COM A CASSAÇÃO DE JURUNA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 01 out. 1983, matutina. O País, p. 4.

MINISTROS PEDEM À CÂMARA CASSAÇÃO DE JURUNA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 29 set. 1983, matutina. Primeira Página, p. 1.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e história no Brasil. **Annablume**. São Paulo, 2004.

MOREIRA, Maria Geralda de A; SOUZA, Lídia Priscila P. Silva. Memórias silenciadas: a violação dos direitos dos povos indígenas no Brasil, durante a ditadura militar. **Revista Novas e Epistemes e Narrativas Contemporâneas**. Jataí, 2016.

NA CIDADE, A LUTA PARA SOBREVIVER. **O Globo**. Rio de Janeiro, 20 abril 1983, matutina. Primeira Página, p. 5.

NO GABINETE, COSTUME DOS BRANCOS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 22 mar. 1983, matutina. O País, p. 5.

NO NORDESTE SE DIZ: QUEM CORRE CANSA, QUEM ANDA AVANÇA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 08 mai. 1983, matutina. O País, p. 4.

PALÁCIO PREPARA SALÃO E JARDINS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 15 mar 1983, matutina. O País, p. 6.

PDS: DEPUTADOS ACOBERTAM A AÇÃO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 jun. 1983, matutina. O País, p. 5.

PRESIDENTE DA FUNAI DIZ QUE NÃO AGE SOB PRESSÃO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 28 jun. 1983, matutina. O País, p. 5.

PROPOSTAS ORIGINAIS, EXPERIÊNCIAS VARIADAS, JOGO DA SUCESSÃO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 04 abril 1983, matutina. O País, p. 4

PROTESTO: JURUNA ABRE A CAMISA NO PLENÁRIO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 22 jun. 1983, matutina. O País, p. 7.

PROTABA VAI DAR CASA PARA ÍNDIOS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 20 abril 1983, matutina. Primeira Página, p. 1.

RADIOGRAFIA DE UMA SOCIEDADE - SENHOR PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO 2.045 - PROVA DE FOGO LEGISLATIVO VERSUS EXECUTIVO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 17 out. 1983, matutina. O País, p. 3.

RANDOM IDENTIFICA RIQUEZAS MINERAIS EM ÁREAS INDÍGENAS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 11 dez. 1983, matutina. O País, p. 12.

REPRESENTATIVIDADE DE QUATRO TRIBOS SE REÚNEM EM BRASÍLIA - LÍDERES INDÍGENAS APÓIAM LUTAS DE XAVANTES CONTRA DIREÇÃO DA FUNAI. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 jun. 1983, matutina. O País, p. 16.

ROSALDO, Renato. Culture and Truth: The Remaking of Social Analysis. London: Routledge, 1993.

SANT'ANNA, André Luis de Oliveira de; CASTRO, Alexandre de Carvalho; VILELA, Ana Maria Jacó-. Ditadura militar e práticas disciplinares no controle de índios: perspectivas psicossociais no relatório figueiredo. **Revista Psicologia & Sociedade**. Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Cristhian Teofilo da; LORENZONI, Patricia. A moldura positivista do indigenismo: A propósito do Estatuto do Índio para a proteção de povos indígenas no Brasil. **Série CEPPAC**. Brasília, n. 040, p. 0-33, 2012.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Aos Fetichistas, Ordem e Progresso: Um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. **Museu Nacional**. Rio de Janeiro, 1985.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. **Vozes**. Petrópolis, 1995

STARLING, Heloisa. Ditadura militar e populações Indígenas. **Brasil Doc**. s/d. Disponível em < 5. Ditadura militar e populações Indígenas | Brasil Doc. (ufmg.br) >. Acesso em: 05 jun. 2020, 21:10.

STREIT, Maíra. 35 anos depois do deputado Juruna, indígenas continuam sem representação política no país. **Pública**. 25 abril 2018. < <https://apublica.org/2018/04/35-anos-depois-do-deputado-juruna-indigenas-continuam-sem-representacao-politica-no-pais/> >. Acesso em: 15 jun. 2020. 14:55.

SWANN, Carlos. APELIDO NATIVO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 05 fev. 1983, matutina. O País, p. 8.

SWANN, Carlos. ÍNDIO SEM CACIQUE. **O Globo**. Rio de Janeiro, 16 set. 1983, matutina. O País, p. 10.

SWANN, Carlos. MISTER JURUNA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 29 jan. 1983, matutina. Rio, p.10.

TRINIDAD, Carlos Benítez. A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar. **Anuário Antropólogo**. Brasília, v43, p. 257-284, 2018.

TRIOS, AFÓXES, BLOCO; CAETANO, GIL, MAGAL ETC.. **O Globo**. Rio de Janeiro, 03 fev. 1983, matutina. Turismo e Automóveis, p. 37.

UM DEPOIMENTO DIDÁTICO E TRÊS HORAS DE DEBATE. **O Globo**. Rio de Janeiro, 07 abril 1983, matutina. Economia, p. 21.

UM LUGAR PARA JURUNA. **O Globo**. Rio de Janeiro, 06 ago. 1983, matutina. O País, p. 02.

VIEIRA, Jaci Guilherme; ARENZ, Karl. Violência contra povos indígenas e a igreja católica em Roraima: entre a ditadura e a democracia. **Revista Texto & Debates**. Boa Vista, v.25, p. 7-24, 2015.

A monografia investiga alguns dos principais crimes cometidos durante a ditadura militar de 1964 contra os povos originários. As violências variam de simbólicas a físicas, todas em nome dos interesses do capital e apoiados por um Estado que viu os povos indigenistas como obstáculos de um progresso Positivista.

Posteriormente, o trabalho analisa as possíveis linhas ideológicas que embasam estas políticas indigenistas que matam e já mataram muitos dos povos originários no Brasil diante dos interesses de povos brancos que aqui se alojaram.

Finalmente, o trabalho analisa a imagem do primeiro e único deputado federal xavante do Brasil pelo jornal O Globo - e suas 411 menções à Mário Juruna em 1983 - perante todo cenário tratado anteriormente e ainda em período ditatorial brasileiro.

Reafirmar os erros históricos é imprescindível no combate de sua repetição, enquanto a denúncia dos perigos que mídia pode cometer se reforçar ideais fascistas e a criação de imagens preconceituosas disseminadas para uma população evitará o consentimento geral de que certo grupo merece ou precisa ser exterminado em nome de uma falsa ideia de progresso. Seja com índios ou com qualquer grupo posto na marginalidade pela omissão de um governo (ou por projeto do mesmo), o fenômeno se repete com traços semelhantes.

O tema do trabalho é importante justamente para que possamos identificar estes fenômenos da necropolítica e saibamos agir diferente dos erros históricos, ganhando criticidade nas análises e combatendo os crimes da mesma natureza.



ISBN 978-65-5869-362-8



9 786558 693628 >